

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

MARCELLA MARQUES BONSEMBIANTE

**BARÃO DE CAMARGOS: A RAZÃO CLIENTELISTA EM MINAS GERAIS
(1840-1853)**

**FRANCA
2006**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

MARCELLA MARQUES BONSEMBIANTE

**BARÃO DE CAMARGOS: A RAZÃO CLIENTELISTA EM MINAS GERAIS
(1840-1853)**

Dissertação de Mestrado apresentada para a
obtenção do título de Mestre e História, pela
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filha”, Faculdade de Direito, História e Serviço
Social, sob a orientação da Prof.^a, Dr.^a Marisa
Saenz Leme

**FRANCA
2006**

MARCELLA MARQUES BONSEMBIANTE

**BARÃO DE CAMARGOS: A RAZÃO CLIENTELISTA EM MINAS GERAIS
(1840-1853)**

Dissertação de Mestrado apresentada para a
obtenção do título de Mestre e História, pela
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, Faculdade de Direito,
História e Serviço Social, sob a orientação da
Prof.^a, Dr.^a Marisa Saenz Leme

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof.^a, Dr.^a Marisa Saenz Leme

1º Examinador: _____
Prof.^a, Dr. Renato Pinto Venâncio

2º Examinador: _____
Prof.^a, Dr.^a Ida Lewkowicz

Franca, _____ de _____ de _____

Dedico este trabalho à Maria Lúcia Marques, minha mãe, incondicional companheira cuja presença me encoraja e fortalece.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa que me foi concedida, possibilitando a realização do presente trabalho.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Marisa Saenz Leme, por ter acreditado no projeto e pelo voto de confiança a mim dispensado. Agradeço a atenção e a paciência em sua orientação, além do respeito que sempre demonstrou para com minhas inseguranças e dúvidas.

À Prof.^a Dr.^a Ida Lewkowicz e ao Prof.^o Dr.^o Pedro Geraldo Tozzi, agradeço pelas valiosas sugestões e observações sobre o trabalho durante o Exame Geral de Qualificação. Na medida do possível, todas elas foram incorporadas na redação final deste estudo.

Ao prof.^o Dr.^o Renato Pinto Venâncio, por haver me despertado os caminhos fascinantes da pesquisa da História Social e Política e possibilitado que estes repercutissem neste trabalho.

Às funcionárias da “Casa do Pilar” de Ouro Preto, especialmente a Margarete e a Sueli, pela atenção e gentileza em acompanhar o tempo de pesquisa.

Aos funcionários da biblioteca e da seção de pós-graduação da Faculdade de Direito, História e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – Franca, pela atenção e disposição em ajudar nos momentos de dúvidas e necessidades.

Agradeço aos amigos que Franca me ofereceu, especialmente Paulo Henrique, Camila e Anderson Venâncio. A eles fica minha gratidão pelo incentivo constante e experiências, acadêmicas e pessoais, compartilhadas.

A Daniela Antunes Chierice por seu indiscutível apoio em vários momentos de minha vida em Franca. Agradeço também pelas conversas infindáveis e a paciente leitura dos meus textos e sugestões do texto final.

À Cíntia Ferreira Araújo por sua acolhida a minha chegada nesta cidade. Pelos bons momentos proporcionados por sua amizade incontestável desde a graduação. À Luana Tozzato por sua colaboração na fase da coleta dos dados.

Agradeço a Maria Aparecida Mattos que me recebeu em sua família com muito carinho e sempre demonstrou apoio e amizade nos bons e nos mais difíceis momentos.

À Eduardo Mattos Silva, por saber escutar e falar sempre que preciso. Pelo conforto de sua companhia e apoio incondicional. E principalmente por sua presença em minha vida.

Por fim, agradeço a minha família: minha mãe, Lúcia, meu padrasto, Helbio, minha irmã, Lys e minha vovó Altina, pelo carinho e apoio e por compreenderem minha ausência durante o desenvolvimento deste trabalho, quando o convívio foi bastante interrompido pela prática da pesquisa.

“É o homem que faz a História, mas
num meio que o condiciona.”
Friedrich Engels (1820-1895)

RESUMO

O clientelismo compunha a trama de ligação da política no Brasil do século XIX e sustentava potencialmente todo o ato político. O sucesso eleitoral dependia, sobretudo, de seu uso competente. Meu objetivo nesta pesquisa visa investigar o modo específico como a concessão de proteção, cargos públicos e outros favores, em troca de todo um processo que manipulava as eleições a custo de lealdade política e pessoal funcionava essencialmente para benefícios dos interesses das elites. A correspondência passiva do Barão de Camargos permite-nos examinar mais profundamente a dimensão sociológica e cultural do fenômeno clientelista em Minas Gerais durante os primeiros anos do governo de D. Pedro II, da década de 1840 até a conciliação em 1853.

Palavras Chaves: Clientelismo, Política Imperial brasileira, Sistema de favoritismo, Barão de Camargos, Família.

ABSTRACT

The clientelism set the political link web in 19 century in Brazil and supported potentially all political act. The electoral success depended especially of its competent use. My objective in this research aims to investigate the specific way of how the protection concession, public positions and others favors, in exchange of a whole a process that used to manipulate the election with difficult of personal and political loyalty; worked essentially to the elite benefits. Barão de Camargos passive correspondence allow us to consider deeper the sociological and cultural extend of the clientelistic phenomenon in Minas Gerais, during the first years of D. Pedro II kingdom, between 1840 until the conciliation in 1853.

Key Words: Clientelism, Brazilian Imperial politics, Favoritism system, Barão de Camargos, family

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Coronelismo, Mandonismo e clientelismo	31
Figura 1 – Planta dos primeiros povoados de Vila Rica	63
Figura 2 – Planta de Ouro Preto	65
Figura 3 – “Praça Tiradentes”	66
Figura 4 – Retrato de Manoel Teixeira de Souza: o Barão de Camargos	71
Mapa 1 – Trajetos e números de condutores dos correios em Minas gerais (1830)	91
Mapa 2 – Comunicações postais da província de Minas Gerais (1867)	93
Mapa 3 – Trajetos dos correios e empregos de cargueiros em Minas Gerais (1870)	94
Mapa 4 – Trajetos dos correios e o alcance das correspondências do Barão de Camargos (Minas Gerais – 1830)	97
Gráfico 2 – Origens das cartas	100
Gráfico 3 – Pedidos	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Correspondências recebidas por ano98

Tabela 2 - Justificativa dos pedidos nas correspondências recebidas114

Lista de Abreviatura

AMI – Arquivo Museu da Inconfidência	71
APM - Arquivo Público Mineiro	91, 94

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
 CAPÍTULO 1-CORONELISMO, MANDONISMO, PATERNALISMO OU CLIENTELISMO?	
1.1. Coronelismo	20
1.2. Clientelismo	27
 CAPÍTULO 2 - O JOGO POLÍTICO: A POLÍTICA EXERCIDA NO IMPÉRIO(1840-1853)	
2.1. O cenário Político do Brasil Imperial até a Conciliação	40
2.2. Considerações sobre a Política Mineira e a Revolução Liberal de 1842	55
2.3. Ouro Preto, capital da província mineira e sede política do Barão de Camargos	60
 CAPÍTULO 3 - BARÃO DE CAMARGOS: OS CAMINHOS DO CLIENTELISMO	
3.1. A tessitura das relações clientelísticas mineiras	74
3.2. O trajeto das correspondências: os correios em Minas Gerais	88
3.3. Sentidos e Significados dos Pedidos	97
 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
 3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	122

INTRODUÇÃO

O estudo do fenômeno clientelista tem, indubitavelmente, especial importância, uma vez que não marcou apenas o século XIX, mas se conserva como traço constante da política e da cultura nacionais.

Elementos socialmente fortes e fracos interligavam-se por meio da rede clientelista, que utilizava os mecanismos do sistema político montado no Império, sobretudo as eleições. A prática clientelística convencional - conceder cargos como prêmios e recompensar pelo apoio eleitoral - era tão mais eficiente do que o controle direto do processo de votação, que os chefes locais procuravam controlar os cargos públicos, pois a possibilidade de conceder uma "colocação" atraía indivíduos das classes intermédias, que por sua vez, exerceriam autoridade sobre todos os demais.

Estes mecanismos de aquisição de poder formavam um ciclo. Após uma eleição, os líderes políticos usavam as nomeações como recompensas aos eleitores fiéis ao partido e aos seus parentes. Um cargo cobiçado tanto fortalecia a autoridade do nomeado que faziam dele um protetor, cuja função era garantir a vitória eleitoral do que lhe fosse indicado. Caso obtivesse êxito no controle das urnas, lhe seria confiado o poder de designar, conforme seu próprio interesse, outros postos.

Em síntese, o ciclo de clientela funcionava assim: Assegurar indicações implicava seguidores leais, que demonstrariam sua fidelidade votando como lhes

mandavam; a vitória eleitoral fortalecia a autoridade local e lhes garantia o poder de novas nomeações públicas.

Os exercícios da política e as transações de poder aconteciam em grande parte por intermédio de correspondências particulares (compreendidas fora da estrutura institucional formal) em cujos autores – geralmente titulares de cargos públicos que protagonizavam a vida política do país - formulavam pedidos de proteção para si ou para clientes, remendo-os aos líderes mais influentes.

Destaca-se, dentre as autoridades imperiais destinatárias de cartas, telegramas e bilhetes desta natureza, Manoel Teixeira de Sousa, que, em 1871, recebeu o título de *Barão de Camargos*. Sua proeminência e prestígio era tamanhos, que o projetaram por todo o cenário nacional, já que havia ocupado alguns dos postos de extrema importância no período Imperial, além de ter contribuído com o desenvolvimento de Ouro Preto por sua direta participação em diversas obras e instituições, como o ramal férreo e a Escola de Minas, que até hoje são referências da cidade.

Na condição de membro de uma das mais tradicionais famílias mineiras e de político chefe do partido conservador em Minas Gerais, o Barão de Camargos possuía, na direção dos seus cargos, algumas prerrogativas que o tornaram “personagem” de grande parte da trama clientelística mineira.

As correspondências recebidas pelo Barão durante sua atuação na vida política do Império permitem um exame profundo da dimensão sociológica e cultural do clientelismo. Por várias razões ela constitui um campo privilegiado

para estudar o fenômeno. A primeira diz respeito à própria forma de governo, que é considerada por muitos como um sistema de privilégios e patronagem viabilizado pela manipulação dos cargos disponíveis no Império. Outra razão refere-se ao fato do Barão ter ocupado como já referido, vários postos de extrema importância no período Imperial. O terceiro motivo é a riqueza do material uma vez que os documentos estão estabelecidos em vinte e oito caixas cronologicamente organizadas, somando uma média aproximada de trezentas cartas em cada caixa e estas, por sua vez, localizadas na sede da Casa do Pilar de Ouro Preto. A primeira razão permitiu um teste do alcance do fenômeno clientelista; a segunda a proeminência dos dados; a terceira garantiu a preservação dos documentos.

Tendo em vista a riqueza dos dados e a importância do fenômeno clientelista para a sociedade oitocentista, esta pesquisa analisa fontes pouco exploradas. Conforme afirma Carvalho: “historiadores e cientistas sociais começaram a dar atenção à correspondência como fonte importante para o estudo do clientelismo”.¹

Haja vista o preciosismo dos dados disponíveis na referida documentação, elas são, em conjunto com todo o aparato teórico elencado nas referências bibliográficas, a fonte do presente estudo e tem como objetivo detalhar a importância do fenômeno clientelista na estruturação do poder para a sociedade oitocentista.

¹ CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e razão clientelista*. Dados: Revista de Ciências Sociais, v 43, n.1, p.83-117, 2000.

Os limites cronológicos deste estudo (1840 - 1853) cercam o papel da articulação clientelista no movimento de construção da centralização e descentralização política dos primeiros anos do reinado de D. Pedro, a reforma do Código do Processo Criminal de 1841 e a revolução liberal de 1842 em Minas até a era conciliação em 1853.

Traçar esse perfil clientelista para a década de 1840 até a conciliação em 1853 justifica-se porque se trata, a partir de 1840, de um preparo para a mais longa fase da política brasileira, que é o segundo reinado, com o fim, nesse primeiro instante, das lutas da década antecedente, a votação das leis garantidoras da ordem e o amadurecimento do Imperador. Neste período o país passa por uma série de redefinições internas: repressão e anistia aos movimentos rebeldes e separatistas e o reordenamento do cenário político em bases bipartidárias até em 1853 quando teremos, através de um acordo, entre liberais e conservadores, para começarem a governar juntos, a era da conciliação. Compreender as rupturas e permanências de um ano a outro, é essencial para perfilhar os medos e ansiedades dos políticos em busca do poder pessoal e da manutenção da ordem. Tendo em vista que para esses políticos era predominantemente fundamental a formação de redes clientelares.

Assim, a pesquisa foi organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo tem por objetivo apresentar ao leitor o conceito de *Clientelismo*. Para essa consideração foi necessário debater outros conceitos que se misturavam à margem do tema central desta pesquisa, ou seja, a prática clientelista. Dentre eles, é importante citar: *coronelismo*, *mandonismo* e

paternalismo. Essa verificação conceitual partiu de uma imprecisão acerca de determinados termos, o que, por sua vez, provocaria uma visão errônea do que conhecemos por *clientelismo*. Para evitar possíveis equívocos terminológicos, foi conveniente, na presente pesquisa, esboçar uma concisa revisão e esclarecer os mencionados conceitos.

O segundo capítulo busca o entendimento da política nacional, regional e local, exercida no processo de formação do Estado brasileiro do século XIX, entre a centralização e a descentralização político-administrativa do país. Procurei enfocar os diferentes projetos de Nação em conflito, por meio de um debate historiográfico sobre o período pretendido. Por outro lado, busquei discutir como tais projetos repercutiram nas ações e criações de redes clientelares tendo em vista as pretensões políticas nacionais e locais. Além disso, enfoquei especialmente a revolução liberal de 1842 em Minas Gerais, principalmente para perceber o comportamento dos conservadores frente a este conflito.

Procurei também situar a cidade de Ouro Preto, cuja origem proveio da exploração aurífera no século XVIII e se tornou sede política e administrativa da província de Minas Gerais, e apresentar o Barão de Camargos, chefe do partido conservador em Minas Gerais e formador de uma grandiosa rede clientelista da política do Brasil.

O terceiro capítulo pontua algumas correspondências do Barão, para, finalmente, traçarmos o perfil do clientelismo em Minas Gerais.

Foi construído através da coleta dos dados um perfil para o fenômeno clientelista mineiro do período que se estende após os primeiros anos do reinado

de dom Pedro II, 1840, transcorrendo a década de quarenta e finalizando com a conciliação em 1853. Colocamos em primeiro plano analisar como cada indivíduo na sociedade desenvolvia seu papel, designando como a elite, as camadas populares, as mulheres e a família participavam direta ou mesmo indiretamente desta luta política para que a ordem permanecesse e o poder se mantivesse.

Através da avaliação das fontes primárias, as correspondências, é possível distinguir os artifícios pelos missivistas utilizados. Cada qual buscava seus interesses lançando mão aos seus argumentos, julgando seus pedidos e justificativas convincentes a fim de persuadir o Barão de Camargos a lhes conferir o empenho almejado. Isto posto, cabia ao Barão sopesar que frutos poderia colher com tais favorecimentos, uma vez que lhe era conferidos tais poderes de “proteção”. É preciso ter em mente que esse mecanismo de proteção era direcionado de acordo com as pretensões políticas a serem alcançadas, proteção a troco de obediência, favor a troco de voto, enfim o principio básico do clientelismo.

CAPÍTULO 1 - CORONELISMO, MANDONISMO, PATERNALISMO OU CLIENTELISMO?

1.1. Coronelismo

Inicialmente, há necessidade de estabelecer distinções entre os termos *coronelismo*, *mandonismo* e *paternalismo*, que estão relacionados e interligados ao *fenômeno clientelista*, para depois conceitua-lo corretamente.

Qualquer imprecisão acerca dos termos mencionados poderia sugerir uma visão errônea de *clientelismo*, por isso, convém que seja apresentada uma concisa revisão sobre estes conceitos para evitar possíveis equívocos terminológicos.

Começaremos a análise com o conceito de coronelismo:

Concebemos o coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu um fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.²

Por isso mesmo, o coronelismo é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.

² LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Forense, 1948 p. 25

Não é possível, no entanto, compreender o fenômeno sem referência à estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.

Maria de Lourdes Janotti afirma que:

Solidamente enraizada na proteção e na lealdade, a sociedade rural repousava na troca de favores, de homem para homem. O coronel oferecia proteção e exigia irrestrita adesão. Em algumas localidades isoladas, o chefe comportava-se como um pequeno senhor feudal, chegando alguns a ter força armada própria e até a cunhar moedas ³.

De forma genérica, entende-se por coronelismo o poder exercido pelos chefes políticos sobre parcela, ou parcelas, do eleitorado objetivando a escolha de candidato por eles indicados. ⁴

O coronel é, sempre, alguém de reconhecida autoridade e prestígio, detentor de um potencial capaz de assistir as demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas. Pode ser visto como representante da oligarquia agrícola-mercantil que controla o poder público e orienta suas decisões no sentido de afastar as demais classes do poder e de manter seus privilégios.

Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público. Isto se explica, justamente, em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável.

Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelistas”: o *mandonismo* e o *filhotismo*, assim como o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais.

³ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 57

⁴ Ibidem, p.7

Coronelismo é, então, um sistema político nacional apoiado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, em nível local, o poder do coronel sobre seus subordinados e seus opositores, sobretudo, cedendo-lhe o controle dos cargos públicos. O coronel garante seu apoio ao governo, principalmente, na forma de votos. No nível nacional, os governadores outorgam seu apoio ao governante nacional em troca da afirmação de seus domínios nos Estados. Em outras palavras: “O coronelismo é a expressão do relacionamento político entre os fazendeiros e seu governo”⁵.

O coronelismo exprime um encadeamento rígido de tráfico de influências. Sua prática política esta muito bem estruturada num sistema eleitoral que possibilita localizar seus reflexos no tempo e no espaço. Forma-se uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o Coronel, poder municipal, o poder estadual e o poder nacional.

Para José Murilo de Carvalho, a visão de Victor Nunes Leal interpreta o coronelismo como uma fase individual do mandonismo, justamente no momento em que os “mandões” necessitam de recorrer ao poder do governo, uma vez que as suas próprias forças estão decaindo. Para Leal, o mandonismo sempre existiu. É uma característica do coronelismo, assim como o é o clientelismo.

Coronelismo, porém, distingui-se de mandonismo. Essa última forma de poder deve sua existência local às estruturas oligárquicas e personalizadas de poder.

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como individuo, é aquele que, em função do controle de algum

⁵ CARVALHO, Jose Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 68

recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e a sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política nacional.⁶

Ao referir-se ao trabalho de Eul-Soo Pang⁷, que define coronelismo como exercício do poder absoluto, Victor Nunes leal insiste: “Não é, evidentemente, ao meu coronelismo que se refere”⁸, e continua “não há uma palavra do meu livro pela qual se pudesse atribuir o *status* de senhor absoluto ao coronel, ou às expressões pessoais de mando do Sistema Coronelista e ainda em nenhum momento, repito, chamei o coronel de senhor absoluto.”⁹ “Boa parte da literatura brasileira mesmo a que se inspira em Leal, identifica coronelismo e mandonismo”.¹⁰

Leal, a respeito da figura do coronel afirma que:

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe o prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras.¹¹

E ainda caracteriza a força de coerção social que este coronel pode utilizar, a medida de sua conveniência, posto que exerce importante função social frente a seus “subalternos”:

Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que se resume em sua própria pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma

⁶ Ibidem, p. 70

⁷ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1943: A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁸ LEAL, Victor Nunes. *O coronelismo e o coronelismo de cada um*. Dados, v.23, n. 1, p. 11-14, 1980. p. 12-30; PANG, 1979

⁹ Ibidem, p. 11-14

¹⁰ CARVALHO, Jose Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.72

¹¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa - Omega, 1978. p .22

ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode se tornar efetiva com o auxílio de empregados, agregados ou capangas.¹²

Conforme já se observou, o coronelismo define-se por uma ascendência política, econômica e social, primeiramente, em nível local, que pode aumentar sua influência, gradativamente, alcançando círculos de poder cada vez mais amplos.

Nem todos os coronéis tinham acesso ou participação nas decisões das oligarquias governantes. A atuação dos pequenos coronéis limitava-se a gerência da política do lugarejo e ao seguimento do situacionismo do plano provincial e nacional.

Um privilégio cedido a um coronel implicava o cumprimento de uma série de obrigações, das quais deveria prestar contas aos seus dependentes e aos demais proprietários e coronéis.

O seu prestígio era submetido a toda prova perante sua clientela, que poderia migrar para a área de controle de seu adversário, assim, “O Coronel devia constantemente se esforçar para não diminuir sua capacidade em arranjar empregos, e atender reivindicações.”¹³

Embora suas conseqüências se projetem sobre toda a vida política do país, o coronelismo atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios do interior, que equivale a dizer municípios com eleitorado

¹² Ibidem, p.22

¹³ Ibidem, p. 63

predominantemente rural; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como o comércio e a indústria. Conseqüentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno. Neste contexto, isolamento significa ausência ou rarefação do poder público; assim, o coronelismo apresenta-se, desde logo, como uma forma de incursão do poder privado no domínio político.¹⁴

Victor Nunes Leal, conforme observamos, defende que poder coronelístico era fortalecido, à medida que a autoridade municipal era fragilizada¹⁵, não obstante, grande parte dos historiadores não atinge um consenso sobre a relação entre a autonomia municipal e a autoridade dos coronéis.

Chegamos, portanto, ao ponto que nos parece fundamental para conceitualização do coronelismo: este sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido.

Outro ponto importantíssimo do coronelismo, segundo Victor Nunes Leal:

é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burro; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.¹⁶

É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos coronéis e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam simultaneamente como determinantes e determinados.

¹⁴ Ibidem, p. 251

¹⁵ Ibidem, p. 248 – 255.

¹⁶ Ibidem, p. 43.

A liderança do coronel – firmada na estrutura agrária – é que leva o governo ao tratamento recíproco; contudo, sem essa relação de reciprocidade, a liderança do coronel ficaria sensivelmente diminuída.

O simples fato do compromisso presume certo grau de fraqueza de ambos os lados, também, portanto, do poder público, entretanto, foi na Primeira República que o termo “coronelismo” foi incorporado ao vocabulário corrente, para designar as particularidades da nossa política no interior.

O coronelismo era perceptível na colônia, cresceu durante o Império e se fortaleceu nos fins do século XIX, no início da República. Curiosamente, foi também na Primeira República que ocorreram os primeiros indícios de sua decadência.

Ainda hoje, nos mais longínquos rincões do país, percebem-se isolados e distintos focos do sistema coronelista no Brasil. Talvez, estes resquícios derivem da resistência de algumas famílias descendentes de coronéis, que sobrevivem “dando suas ordens” e desempenhando enorme influência nas decisões locais, através do legado da influência política adquirida por seus ascendentes, desde os tempos do Império.

Outro termo interligado ao conceito de coronelismo é o que conhecemos por *paternalismo*. Na linguagem vulgar, paternalismo indica uma política social destinada ao bem-estar dos cidadãos e do povo, mas que exclui a sua direta participação; é uma política autoritária, benévola e assistencialista em favor do povo, exercida, desde as esferas mais altas de poder, por métodos meramente

administrativos. Por isso, para denominarmos tal política, utilizamo-nos de uma analogia ao comportamento benevolente do pai para com seus filhos “menores”.

1.2. Clientelismo

O Coronelismo confunde-se, ainda, com o conceito de Clientelismo. Desta feita, para a compreensão do uso atual do termo Clientelismo na História, na Sociologia Política e nas ciências humanas em geral, é útil uma breve retrospectiva aos tempos antigos, voltando às *clientelas e aos clientes das sociedades tradicionais*, particularmente, à *clientela romana*, que não só emprestou o nome ao fenômeno, mas é indiscutivelmente seu exemplo mais conhecido.

Em Roma entendia-se como clientela uma relação entre sujeitos de *status* diverso que se urdia à margem, mas na órbita da comunidade familiar: relação de dependência tanto econômica quanto política, sancionada pelo próprio foro religioso, entre um indivíduo de posição mais elevada (*patronus*) que protege seus clientes, os defende em juízo, testemunha a seu favor, lhes destina as próprias terras para cultivo e seus gados para criar, e um ou mais *clientes*, indivíduos que gozam do *status libertatis*, geralmente escravos libertos ou estrangeiros imigrados, os quais retribuem, não só mostrando submissão e deferência, como também obedecendo e auxiliando de variadas maneiras o *patronus*, defendendo-o com armas, testemunhando a seu favor ante os tribunais e prestando-lhe, além disso, ajuda financeira, quando as circunstâncias o exigem¹⁷.

O mecanismo da clientela é um fenômeno comum, notado em outras sociedades tradicionais, logo, não é difícil compreendê-lo através da ciência política.

¹⁷ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UNB, 1986.p.254

O encontraremos, em primeiro lugar, nas pesquisas sobre modernização política e sobre as realidades sociais em transformação entre o tradicional e o moderno, onde o modo capitalista de produção e a organização política moderna, apoiada num aparelho político-administrativo centralizado, se compenetraram, mas não conseguiram abalar completamente as relações sociais tradicionais e o sistema político pré-existente. De fato, embora o impacto com as estruturas do mundo moderno provoque rupturas na rede de vínculos da clientela, embora as relações de dependência pessoal sejam formalmente excluídas, tudo isso tende, contudo, a sobreviver e adaptar-se, seja em face de uma administração centralizada, seja em face das estruturas da sociedade política (eleições, parlamento, partidos) ¹⁸.

Os recursos basilares desse mecanismo burocrático e político, de acordo com o autor, têm origem pública e são rigorosamente organizados na forma típica da clientela. O clientelismo também envolve formas de aquisição do consenso através de permuta, por isso, registram-se aí fenômenos de personalização do poder, aliás, extremamente evidentes. Mas, neste caso, tal prática atinge somente um setor mais restrito da estrutura social, como são os estratos intermédios. ¹⁹

Só nos podemos referir ao tema em termos extremamente esquemáticos: onde as classes subalternas gozam de uma ‘cidadania política’, os estratos intermédios são, por sua vez, encorajados a traduzir a desagregação de classe que os caracteriza por uma fragmentação política que seja diretamente proporcional à importância do seu consenso para a estabilidade do sistema ²⁰.

Por formas de estímulo individualista e corporativista que não prevendo qualquer associação orgânica dos interesses num quadro político realizam uma permuta, típica do clientelismo, entre o consenso eleitoral dos indivíduos, ou dos grupos, e os recursos que o Estado põe ao dispor dos integrantes dos partidos políticos. Grosso modo, o clientelismo indica um tipo de relação:

¹⁸ Ibidem, p. 255.

¹⁹ Ibidem, p. 255

²⁰ Ibidem, p.255

Entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Clientelismo seria um atributo variável de grandes sistemas políticos. Tais sistemas podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. Não há dúvida de que o coronelismo envolve relações de troca de natureza clientelística.²¹

No entanto, não podemos classificar esse fenômeno somente como tal, uma vez que o clientelismo envolve práticas bem mais amplas.

José Murilo de Carvalho diz que o conceito de clientelismo é semelhante ao de mandonismo. O conteúdo das relações clientelísticas varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos e ambos os fenômenos perpassam toda a história política do país, mas com trajetórias distintas:

Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, ao invés de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo.²²

Os autores que identificam o desenvolvimento do coronelismo no meio urbano em fases recentes da história, não raro, estão fazendo referência ao fenômeno clientelista:

As relações clientelistas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças a sua capacidade de influir sobre o poder executivo.²³

²¹CARVALHO, Jose Murilo. Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.p. 73

²²Ibidem, p. 73

²³Ibidem, p. 74

Tal relação acontece através da intensa troca de favores, lealdade e benevolência, gerando uma rede com ramificações em vários setores da sociedade.

José Murilo de Carvalho afirma que “é possível dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumentou com o decréscimo do mandonismo.”²⁴; assim, à medida que perdem seu poder e o controle dos votos frente à população, os chefes políticos deixam de ser parceiros convenientes para o governo, que transfere aos eleitores a relação clientelista.

Temos, então, segundo Carvalho, conceitos relacionados, mas não sinônimos, pois, cada qual guarda sua especificidade, além de representarem linhas de evolução distintas.

O coronelismo retrata-se com uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período relativamente curto. O mandonismo segue uma curva sempre descendente. O clientelismo apresenta uma curva ascendente com oscilações e uma virada para baixo nos últimos anos.²⁵

²⁴Ibidem, p.74

²⁵Ibidem, p.74

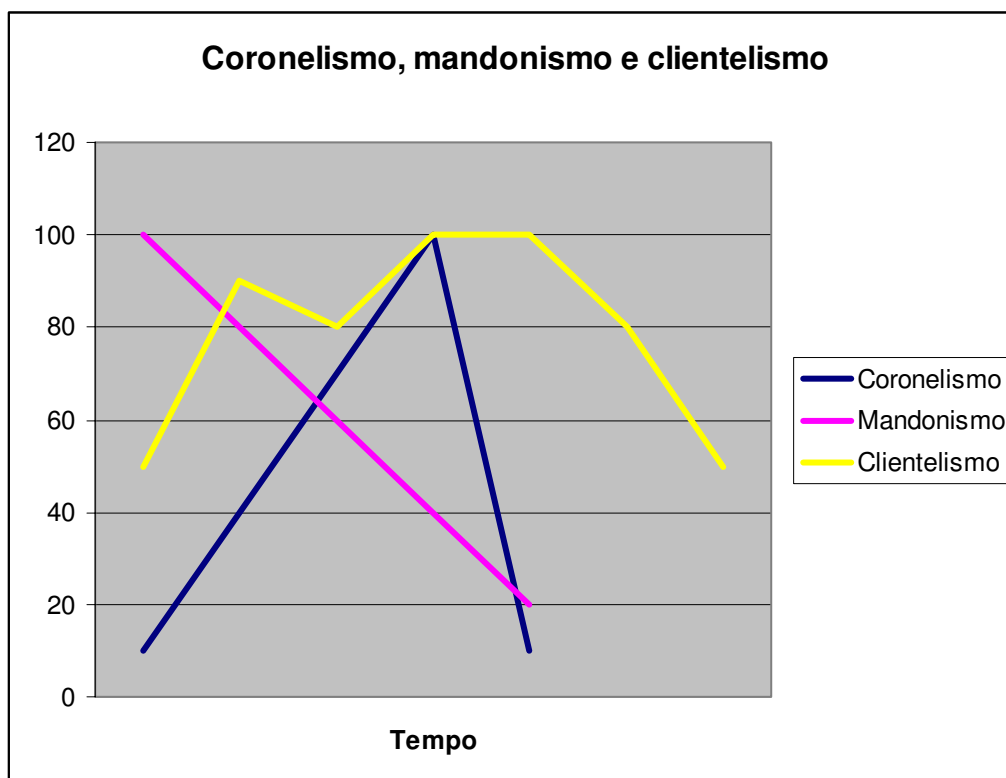


Gráfico 1 – Coronelismo, Mandonismo e Clientelismo.

Para Richard Graham, a prática convencional do clientelismo - a concessão de cargos como prêmios e recompensas pelo apoio eleitoral – demonstrava ser, em alguns aspectos, mais eficiente que o controle direto do processo de votação, ou dos meios que pudessem pressionar os votantes.

Os cargos mais cobiçados ampliavam a autoridade do nomeado, que, pelo simples fato da nomeação, já angariava clientes para si. Para um protetor, a procura de cargos e a luta eleitoral formavam dois lados de um único esforço: ampliar a clientela. Assegurar indicações resultava em seguidores leais, que demonstrariam sua fidelidade votando como lhes mandavam; a vitória eleitoral comprovava sua autoridade local e ajudava a lhes garantir novas nomeações públicas.²⁶

Quem exercesse autoridade, literalmente a possuía e poderia legitimamente concede-la, total ou parcialmente, a outrem. Dessa forma, os

²⁶ GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. UFRJ. Rio de Janeiro, 1997, p. 68

cargos públicos poderiam ser concedidos ou retirados, como presentes ou donativos; tornavam-se um recurso disponível como outro qualquer: “Quando alguém assumia um cargo, dizia-se que tomou posse dele, locução usada até os dias de hoje; naquele momento pagava um imposto, como era usual que se fizesse ao adquirir alguma propriedade.”²⁷

A autoridade poderia ser subdividida. Algumas pessoas controlavam apenas suas pequenas esferas de poder, que eram concedidas como que por uma série de cascatas, do primeiro doador – o imperador – ao ultimo recebedor – o ocupante do cargo. O poder de controlar a distribuição de favores só era considerado menos importante que o poder de doá-los.

A distribuição de colocações transformava alguém, automaticamente, em protetor e facilitava enormemente o trabalho de formar um grupo de seguidores, pois, além da autoridade natural imbuída na concessão feita, os protegidos ainda deveriam lealdade e deferência ao soberano.

Neste encadeamento de poderes, poucas posições competiam com a de um ministro em igualdade de condições para a formação de clientela, visto que, a maioria dos cargos eram concedidos pelo próprio imperador, sob a recomendação de seu gabinete.

Muitos intermediários desta relação detinham a prerrogativa de apresentar nomes de protegidos que preencheriam cargos e desfrutariam os poderes da posição ocupada, antes mesmo do deferimento da nomeação, ainda durante o exercício interino da respectiva função. Por exemplo: os subdelegados

²⁷Ibidem. p. 273.

apresentavam os inspetores de quartelão aos delegados, que, por sua vez, recomendavam os subdelegados aos chefes de polícia; o chefe de polícia indicava os delegados ao presidente de província, que por sua vez, recomendava os chefes de polícia de cada uma das províncias; os presidentes eram recomendados ao imperador pelo ministro da justiça; e este último era escolhido pelo próprio imperador.

Para um chefe local que trabalhava sistematicamente para compor um séquito, ser nomeado como delegado ou comandante da Guarda Nacional tinha uma atração óbvia, permitindo-lhe propor imediatamente os nomes de seus apadrinhados e fazê-los tomar posse de seus cargos.²⁸

O poder de nomear era vinculado ao de demitir. O ocupante de um cargo, com autoridade legal para propor a nomeação de um protegido, poderia afastar-lo, enquanto encaminhava a instância seguinte uma recomendação para sua demissão. Por exemplo, um delegado poderia afastar um carcereiro, embora somente o chefe de polícia pudesse oficialmente demiti-lo. Um subdelegado, logo que assumia o cargo, poderia afastar os inspetores de quartelão que seu antecessor tivesse nomeado.

A força das demissões e nomeações era usada para formar seguidores e reafirmar poderes contra adversários políticos e, inclusive, pessoais. Uma correspondência enviada ao Barão de Camargos por seu grande amigo Conrado Gomes, em 1850, ilustra muito bem esta estratégia:

“É de imprescindível importância que meu grande amigo venha a despedir o senhor Ignácio José da Cunha desta Vila do Rio Pardo e possa nomear qualquer de um de nossos amigos.

²⁸ Ibidem, p. 274.

Este infeliz não gosta muito de nossa gente e, além disso, é da oposição, ele é um Luzia...”²⁹.

Neste trecho, os motivos argüidos para justificar um pedido de demissão eram de ordem estritamente pessoal, conforme ressalta próprio missivista: “este infeliz não gosta muito de nossa gente...”.

As redes clientelares eram muito bem amarradas. O poder clientelista não fluía somente de cima para baixo - do rei até o pretendente do cargo – mas poderia começar num outro plano. Tudo começava na unidade doméstica. O chefe da família constituía seu primeiro grupo de seguidores entre seus empregados, agregados, filhos e cunhados que, por sua vez, o procuravam em busca de algum apoio ou proteção, estabelecendo generalizadas relações de dependência e deferência com o protetor; principalmente se sua propriedade, sua renda anual e quantidade de escravos possuídos pelo chefe da família fossem bem vistos perante a sociedade, o caminho para manter relações de dependência era inevitável. Este era o meio ideal para o desenvolvimento da prática clientelista.

A título de exemplo Graham assinala que:

Um agregado ou morador dependia de outra pessoa, especialmente para ter uma casa, ou pelo menos um espaço onde viver e, o mais importante, um lugar social. Podia até ser um membro da família, mesmo um parente respeitado, irmã ou irmão desprovidos de uma fonte de renda independente; com mais freqüência, o agregado era um trabalhador agrícola pobre, livre, mas provavelmente preto ou mulato, a quem o dono da terra concedia o direito de cultivar colheitas de subsistência, em algum pedaço da grande propriedade. Em troca, os agregados

²⁹ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1850, pasta Agosto. Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória, Ouro Preto

ofereciam sua aliança em tempos de luta armada contra donos de terras vizinhos, e principalmente lealdade nas disputas eleitorais.³⁰

O desenvolvimento da ordem clientelista tomava os rumos ditados pela mobilidade dos indivíduos politicamente ativos, que ambicionavam nervosamente a preservação ou a melhora de sua posição para reafirmar e legitimar seu compromisso com um sistema caracterizado por relações de superioridade e inferioridade. Nesse sentido José Murilo afirma que:

Um líder político lutava pela vitória eleitoral não para se opor ao governo, mas para ser o governo. Se conseguisse amealhar a maioria dos votos para si mesmo ou seus protegidos, isto seria uma prova de sua liderança. Poderia então contar com uma nomeação para importantes cargos locais. Além de uma patente na Guarda Nacional, conseguiria ser designado delegado ou juiz municipal substituto, com poder para nomear clientes seus como subdelegados, inspetores de quartirão, tabeliães e carcereiros. Se não chegasse a indicar quem seria o juiz municipal, como era bastante provável, sem dúvidas se certificaria de que o indivíduo indicado concordasse em não se opor a ele.³¹

A posse desses cargos, por sua vez, ampliava a clientela do chefe e assegurava sua influência no processo eleitoral, tornando ainda mais certa sua vitória no pleito seguinte.

Compreendemos o “clientelismo” como uma rede de troca de favores representados pela concessão de cargos públicos, pela proteção quanto a uma melhor nomeação, por transferências, ou mesmo por indicações feitas pelo protetor a superiores, a quem pudessem favorecer.

³⁰ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 p. 38

³¹ CARVALHO, Jose Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998,p.86

O clientelismo abrangia a toda a sociedade - desde as camadas populares aos altos escalões da política do país - e formava redes de dependência, que lhe mantinham o vigor, mesmo sendo um sistema social e econômico altamente desigual, pois as camadas menos abastadas ingressavam neste sistema de trocas pela obediência política e eleitoral, que era recompensada com uma certa estabilidade econômica ou mesmo social. Independente dos interesses regionais, os proprietários (de terras, de bens ou mesmo de prestígio político) uniam-se em torno de seu interesse particular em manter esta ordem, o poder e a paz social.

Todo o tipo de relação continha um viés clientelista, por exemplo: para evitar o alistamento militar, os indivíduos mais pobres eram obrigados a recorrer às elites, que os protegia em troca de obediência leal; a própria disciplina rígida exercida pelo Estado sobre as elites era vista com bons olhos, pois reforçava o princípio da autoridade defendido com tanto apreço³².

Todos concordavam que o governo atingia eficientemente seus objetivos quando oferecia lugares em troca de obediência; em suma, a própria estrutura governamental compunha as relações entre os atores sociais.

Um lugar na estrutura clientelista, portanto constituía o prêmio que eles disputavam, mesmo quando definiam seus interesses econômicos em termos de exportações e almejavam proeminência política para sua própria região. Pois, quando tudo indicasse que conseguiriam cargos de autoridade, podiam se sentir confiantes em sua habilidade de formar suas clientelas e garantir, por meio disso a segurança de sua classe.³³

³² Op cit, p.42

³³ *Ibidem*, p. 45

O clientelismo sustentava o aparato estatal e era a própria “razão de ser” do Estado. A vitória nas eleições era o principal objetivo do clientelismo, pois garantia e conservava cargos. Um juiz municipal compreendeu claramente esse mecanismo, pois afirmou que: “uma eleição é o melhor meio para alcançar uma vara de direito” ³⁴. Outro missivista alegou que os próprios juízes inevitavelmente “se tem lançado na carreira política principalmente com o fim de segurar-se em seus empregos” ³⁵. Em última análise, todos os cargos eram usados para ganhar eleições.

Portanto, o clientelismo alimentava-se, assim como a flora vegetal extrair o alimento de suas próprias folhas, assim que chegam ao chão. O clientelismo vicejava-se a si mesmo.

Os homens dedicados à correspondência de cunho clientelista expandiam tentáculos por uma imensa área e criavam elos entre protetores e protegidos, unindo todo o território brasileiro num único sistema clientelar, à medida que subiam degraus em cargos e carreiras, a despeito das tendências regionais. Em todas as eleições eram cruciais os estreitos laços pessoais e implicava em proximidade, conhecimento direto. Esse extenso sistema poderia alcançar um raio de muitos quilômetros e era integrado por meio de correspondências que continham pedidos de favores e interligavam os beneficiários dos pedidos, os missivistas e os titulares do poder de nomear ocupantes para cargos.

³⁴ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1846, pasta Junho. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

³⁵ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1848, pasta Abril. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

Em consideração ao conjunto de observações feitas, é possível vislumbrar a complexidade clientelística na política brasileira do Império.

Na época de atuação política do Barão de Camargos, a distribuição de favores governamentais possuía o nome de *patronato* ou *filhotismo*, como designou José Murilo de Carvalho³⁶. O elemento que permitia o exercício do patronato era denominado empenho, que, traduz-se no vulgar e famigerado “pistolão”, ou seja, o pedido, a recomendação, a proteção, o apadrinhamento.

A correspondência do Barão de Camargos revela o fenômeno clientelista presente na sociedade mineira imperial. A documentação mostra, sobretudo, o profundo enraizamento social do clientelismo político e a alternância entre as elites e as camadas populares na posição de protetor e protegido.

O clientelismo também pode ser visto como uma troca social entre partes desiguais que envolvia bens públicos e culminavam em trocas desiguais também no campo político.

José Murilo assinala que: o patronato social, marcado por um forte senso de hierarquia, era transferido para o campo político; o governante tornava-se o patrão, o protetor, o pai. Os clientes, conforme indicam as formas de tratamento das cartas analisadas, definiam-se como inferiores – *criados, veneradores, amadores, adoradores, servos* – e como *leais, dedicados fieis e obrigados*. A inferioridade justificava o direito à proteção, a lealdade era a promessa de retribuição da proteção esperada.³⁷

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a razão clientelista*. Dados: revista de ciências sociais, 2000, p. 91

³⁷ Ibidem, p. 92.

Enfim, o clientelismo é o suporte de confirmação do “poder” imperial e a expressão do "espírito de liderança política" desse período.

O processo clientelista se desenrola através de trocas de favores entre políticos, e a maior parte da população desfavorecida (de bens).

A busca de posições expressivas no governo dependia da manipulação de uma extensa trama de ligações que ajudava a compor o próprio Estado; assim podemos dizer que o clientelismo gerou o Brasil. Neste estudo, comprova-se, através das correspondências do Barão de Camargos, a extensão de uma rede clientelar intrínseca à política mineira do século XIX.

CAPÍTULO 2 – O JOGO POLÍTICO

2.1. O Cenário político do Brasil

O Ato adicional de 12 de agosto de 1834 trouxe alterações na Constituição Política do Império e assinalou uma nova fase na História do Brasil. Estabelecendo um governo mais descentralizado, se opôs ao espírito que dominou no Primeiro Reinado, fortemente centralizador.

Ao longo da história brasileira podemos verificar a alternativa de duas tendências: centralização – descentralização; elas se sucederam em curto prazo, uma corrigindo os excessos da outra.

Este capítulo propõe o entendimento da política exercida entre os anos de 1840 a 1853. Salientamos que para tanto recorreremos à década de 30 dos oitocentos, para que possamos tratar as ações políticas liberais, e então compreender como se deu a ação conservadora característica dos primeiros anos do segundo reinado até a conciliação em 1853. Apontamos neste capítulo também a política exercida sob o ponto de vista clientelista, por meio das ações regionais mineiras, principalmente no tocante à revolução de 1842. É importante ressaltar que trabalhamos como fonte primária as correspondências particulares do chefe do Partido Conservador em Minas Gerais, o Barão de Camargos, e lançaremos mão desta documentação para ajudar a compor o cenário político local e regional.

Durante o Período das regências, de 1831 a 1840, anos cruciais para a formação da política do Brasil Imperial, uma nova ideologia tomou forma.

Com os liberais no poder em 1832, essa nova fase se iniciava. De primeira instância, em novembro do mesmo ano, foi aprovado o Código do Processo Criminal, que complementaria o Código Criminal de 1830, consagrando as grandes realizações de países europeus como, por exemplo, a justiça eletiva.

Com o Código do Processo, o Juiz de Paz:

[...] recebia seu mandado da delegação imediata do voto popular, constituía a peça mais importante do sistema. Acumulava funções judiciais e policiais. Além da justiça primária das conciliações, é também Juiz nas contravenções e nos crimes sujeitos às penalidades mínimas. Cabe-lhe em exclusividade a formação de culpa e pronúncia. Procede como polícia judiciária, realizando as diligências para a investigação de crimes e apreensão dos criminosos; e como polícia administrativa, nas diligências de proteção à segurança individual e de manutenção de ordem.³⁸

O magistrado local, caso fosse eleito por indivíduos que possuíam determinadas qualidades, estaria habilitado para formar a culpa, prender e julgar as pessoas acusadas de pequenos delitos. Aos olhos dos liberais a judicatura eletiva constituía a forma “de proteção à segurança individual e de manutenção da ordem.”³⁹

O Código do Processo inicia aquilo que não houvera tempo de se fazer no fim dos anos vinte. A nova codificação Jurídica eliminou resquícios formais do sistema legal português, descreveu uma nova estrutura de organização judicial e também fortaleceu as instituições liberais existentes como o Juiz de Paz. Foi, portanto, considerado a personificação da filosofia jurídica liberal.

³⁸ FLORY, Thomas. *El Juez de paz y el jurado em el Brasil imperial, 1808-1871: controle social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México, D.F., 1986. p 174.

³⁹ Ibidem, p 175.

O Código do Processo foi considerado um meio de alcançar apoio para o novo governo. Sua aprovação funcionaria como um convite à base popular usando-se o argumento que os códigos viabilizariam a aplicação da constituição, afirmando-se assim que o povo receberia os seus benefícios.

Contudo algo ainda mais importante que o apoio popular eram as lealdades mais seletivas que poderiam ser compradas por meio da patronagem e do clientelismo. Organizando tribunais inferiores e a polícia, o código proporcionaria uma ampla distribuição de empregos disponíveis para a nomeação. Constituíam-se dessa forma uma fonte de influências e redes de obrigações, que poriam em vigor a autoridade uniforme do Estado através de um vasto Império.

Para Thomas Flory, o sistema de jurados criado pelos liberais logo após o Código do Processo Criminal foi a culminação do princípio da participação popular aplicado à justiça. Os oradores apresentaram um sistema de jurados como “uma instituição celestial” que protegia a dignidade e a fortuna dos brasileiros contra os poderosos magistrados da coroa. A criação do sistema de jurados foi semelhante a do Juizado de Paz, pois ampliou o fosso entre a magistratura profissional e a sociedade. Como o Magistrado local, o Sistema de Jurados constituiu um ataque frontal a elite judicial. Mas a oposição da Magistratura profissional não impediu que a sociedade recebesse o sistema de jurados com entusiasmo. Ao mesmo tempo iniciava a formação da oposição

política conservadora juntamente a um ataque digno de menção ao governo e às reformas liberais.⁴⁰

Esse sistema indispôs liberais e o grupo da magistratura. O código processual de 1832 não somente fomentou a falta de unidade, como também exacerbou alguns problemas judiciais que tinha como objetivo corrigir. Apesar de toda intenção administrativa, o código processual era um instrumento de controle pouco ágil, pois se apoiava nos passos mais básicos do código penal. Todas as reformas judiciais do período liberal estavam justificadas pela suposição de que a justiça colonial havia sido lenta, pouco ágil e por ter crescido em excesso, assim estas reformas foram criadas para modernizar e racionalizar o sistema legal.

O processo de descentralização político administrativa do Império teria ainda continuidade com o Ato Adicional à Constituição aprovado em agosto de 1834. O Ato Adicional trouxe uma nova organização institucional ao país, na medida em que aboliu o Conselho de Estado e instituiu a Regência Una, temporária e eletiva. Os conselhos-Gerais das Províncias foram então substituídos pelas Assembléias Legislativas Provinciais. Assim estas receberam amplas atribuições naquilo que se referia à criação de impostos e à fixação de receitas e despesas provinciais. Todavia, um dos pontos mais polêmicos do Ato Adicional encontrava-se no parágrafo sétimo do artigo 10 que prescrevia a criação e supressão dos empregos municipais e provinciais e estabelecimento de

⁴⁰ Ibidem, p. 184.

seus ordenados. Excetuando-se os empregos considerados gerais⁴¹, os demais existentes na província e no município eram tidos como “provinciais” ou “municipais”. As Assembléias Provinciais detinham, portanto, competência exclusiva sobre tais cargos, sem necessitarem da sanção do Presidente da Província.⁴²

Para Gabriela Nunes Ferreira, o Ato Adicional seria uma concessão feita pelos moderados tanto aos restauradores, no sentido de que estes almejavam preservar o Senado Vitalício e o poder Moderador, como aos exaltados, que defendiam Assembléias Provinciais detentoras de amplos poderes como ideal federativo de governo.⁴³

Nesse sentido, o Império do Brasil estava, segundo a ótica dos liberais moderados, a salvo dos perigos internos e externos.

Por perigos internos entendia-se a sublevação da malta urbana, os motins dos escalões militares inferiores e as agitações políticas dos liberais exaltados. Para debelá-los o governo imperial contava com a Guarda Nacional, cujos corpos estavam subordinados à judicatura eletiva do Código do Processo Criminal. Por fim, contra as arbitrariedades do executivo provincial nomeado pelo governo central tinha-se o Ato Adicional para preservar as “fraquezas provinciais”.⁴⁴

⁴¹ Empregos Gerais eram considerados aqueles referentes à administração, arrecadação e contabilidade da Fazenda, dos Correios, das faculdades de Medicina, Cursos Jurídicos e Academias, dos cargos de Presidente de Província, Bispo, Comandante Superior da Guarda Nacional, membros das Relações e Tribunais Superiores e à administração da Guerra e da Marinha.

⁴² SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os Oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. Franca, 2004. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista. p. 59.

⁴³ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999, p. 30.

⁴⁴ Ibidem, p. 32.

Os perigos externos se relacionavam com a figura de D. Pedro. O ex-Imperador do Brasil ainda exercia muita influência na atmosfera política brasileira. Embora seu retorno e a reunião com Portugal fossem improváveis, a sociedade preocupava-se com a sua possível volta e a restauração do seu poder, daí a argumentação das reformas liberais justificadas como instrumentos de defesa.⁴⁵

Nos anos seguintes à promulgação do Ato adicional, os ânimos do Império do Brasil estavam longe de serem acalmados. O Império brasileiro viu-se sacudido por revoltas e levantes armados em diferentes pontos do país: Cabanagem no Pará, Balaiada no Maranhão, Sabinada na Bahia e a Farroupilha no Rio Grande do Sul. Esta última, a mais longa, estendeu-se de 1835 a 1845. O temor de uma revolta por parte dos escravos rondava a mente dos proprietários de terras posto que Salvador, na Bahia, fora palco da Revolta dos Malês, trazendo à tona o fantasma do haitianismo.

Diante de tais eventos, o sistema repressivo representado pelo Código do Processo Criminal revelou-se ineficiente e incapaz de fazer valer a ordem. Os conflitos de jurisdição entre a magistratura profissional e os Juizes de Paz eleitos fizeram com que a justiça do código se tornasse uma justiça pesada e lenta. Dentro do movimento de reforma, o fracasso da descentralização política pode ser visto como a prova mais ampla de que os postulados ideológicos e as estratégias políticas do liberalismo brasileiro encontravam-se deficientes. A independência da judicatura local conforme apontou Flory, “permeou-se por toda

⁴⁵ FLORY, Thomas. *El Juez de paz y el jurado em el Brasil imperial, 1808-1871: controle social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México, D.F., 1986, p. 205.

sorte de abusos e sortilégios impunes, de acordo com a complacência e os feitos dos mandantes locais”⁴⁶. O código de 1832 prescrevia ainda um alto número de funcionários para preenchimento dos cargos que, todavia, mostrou-se insuficiente para algumas províncias, devido ao baixo índice de densidade demográfica.⁴⁷ Nesse sentido, as funções e cargos de nomeação do governo tinham pouco ou nenhum poder de fato.

A partir do final da década de 1830 surgiria um grupo de políticos que, insatisfeitos com o “auto governo das forças territoriais”, reuniu-se em torno do tribuno mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Flávio Saldanha aponta que:

Bernardo Pereira de Vasconcelos retornou para sessão parlamentar em 1836 trazendo novas idéias e passou a fazer oposição sistemática ao então regente Padre Antônio Diogo Feijó, aliando-se com o inimigo deste, o Bispo D. Romualdo. A partir de então Bernardo lideraria uma coalizão formada por parte do bloco de Coimbra e parte dos luso-brasileiros, que se autodenominou Regresso.⁴⁸

Criticado por abandono da causa liberal, Vasconcelos proferiu um discurso cujo trecho seguinte pode fundamentalmente ser tomado como a doutrina política do Regresso, e também a síntese do pensamento conservador do Segundo Reinado:

Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade; os princípios democráticos tudo ganharam, e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder,

⁴⁶ Ibidem, p. 189.

⁴⁷ Ibidem, p.190.

⁴⁸ SALDANHA, Flávio H. Dias. *Os Oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. Franca, 2004. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista. , p. 62

corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; e por isso que sou regressista. Não sou trãsfuga, não abando a causa que defendo, no dia de seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é seu triunfo que até o excesso a compromete.⁴⁹

Em virtude de considerar que a sociedade brasileira correria risco de desorganização e anarquia, Bernardo e demais regressistas como Honório Hermeto Carneiro Leão, Rodrigues Torres, Araújo Viana e Paulino José Soares de Souza tencionavam redirecionar a política do Império no sentido de angariar a tutela do estado, tornando-o mais forte e detentor de meios profícuos para a manutenção da ordem e da soberania nacional.

Os regressistas defendiam os princípios de Ordem e Civilização, princípios que deveriam irradiar da Corte do Rio de Janeiro até o mais distante pedaço de terra do país, numa cadeia que interligasse o súdito mais próximo do Imperador até o mais distante, mesmo que localizado no mais inóspito sertão.

Para se libertar da tutela das facções, conforme o entender do Visconde de Uruguai, não era necessário apenas estar no governo do Estado. Era necessário estar também no governo da Casa, nas ruas e na praça pública. O Estado devia ainda ser forte, soberano e estar acima de todas as facções em luta. Ao Estado cabia também promover a felicidade do maior número possível de pessoas.⁵⁰

Com esses princípios em mente, a chamada “reação centralizadora” consubstanciou-se primordialmente em três medidas.

⁴⁹ SOUZA, Otávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Apud FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999, p. 31.

⁵⁰ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999, p. 31.

A primeira, que abriu caminho para as demais, foi a Lei de interpretação do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840. Lei curta, de oito artigos, teve origem no parecer da Comissão das Assembléias Provinciais da Câmara dos Deputados, de 10 de julho de 1837, assinada por Paulino José Soares de Souza, Miguel Calmon e Honório Hermeto Carneiro Leão, três figuras eminentes do Partido Conservador em gestação.⁵¹

Essa Lei tinha como objetivo atacar o parágrafo sétimo do artigo 10 do Ato adicional, que atribuía às Assembléias Legislativas Provinciais o poder de legislar sobre a criação e a anulação dos cargos provinciais e municipais. Para o Regresso, as Assembléias estavam dando uma interpretação abusada a este parágrafo, o que incluía não só as atribuições de legislar sobre o número de empregos, mas também sobre a sua natureza e funções dos mesmos. Isto provocou em alguns lugares a modificação da organização judiciária, que, pelo Código penal, deveria ser uniforme por todo o território do Império.

Segundo Gabriela Nunes Ferreira, a lei de interpretação do Ato Adicional foi aprovada quase três anos depois de apresentado o parecer da comissão das Assembléias Provinciais da Câmara dos Deputados de 1837, assinado por Paulino José Soares de Souza, Miguel Calmon e Honório Hermeto Carneiro Leão, em meio à campanha pela antecipação da maioridade de D. Pedro II promovida pelos Liberais. Ao seu texto foram incorporados somente dois artigos do texto original apresentado em 1837.⁵²

Depois de iniciado o Segundo Reinado, uma lei foi criada para restabelecer o Conselho de Estado (23 de novembro de 1841). Alguns dias depois

⁵¹ Ibidem, p. 32.

⁵² Ibidem, p. 33.

a então Reforma do Código do Processo recebeu aprovação, em que a organização da polícia e da justiça do Império sofreu mudanças radicais.

A nova lei estabelecia no município da Corte e em cada província um chefe de polícia, ao qual ficavam subordinados os delegados e subdelegados atuantes nos municípios. Todos seriam funcionários diretamente nomeados pelo governo central ou pelos presidentes de província; delegados e subdelegados acumulariam funções policiais e judiciárias, podendo julgar pequenas causas criminais. Montava-se, assim, entrelaçado com a hierarquia judiciária, um sistema de polícia controlando em última instância, pelo ministro da justiça.⁵³

Nas palavras de Tarquínio de Souza:

O ‘policimento judiciário’ – com funções judiciárias exercidas por autoridades policiais - vinha, pela reforma do Código, substituir o ‘judiciarismo policial’ de 1832, quando as funções policiais eram entregues a juizes de paz eleitos.⁵⁴

Complementando a lei de Interpretação do Ato Adicional, a lei de 3 de dezembro representou um passo essencial na montagem do sistema político do Segundo Reinado.

Essa reforma permitiu a seleção de juizes dos tribunais inferiores, fazendo com que estes dependessem do governo central de forma semelhante aos juizes nomeados pela coroa no período colonial, além disso, também criou um sistema hierárquico de funcionários policiais por nomeação. Assim os juizes municipais e os fiscais não seriam nomeados pelo presidente de província, mas pelo Imperador ocupando o cargo por 4 anos, tratava-se de magistrados de carreira. Em nível de distrito, o Juiz de Direito ficou confiado ao governo central, ampliando seu poder de supervisão sobre cada nível do procedimento jurídico.

⁵³ Ibidem, p 34

⁵⁴ SOUZA, Otavio Tarquínio de. *Apud* FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999, p. 31.

Os delegados seriam nomeados pelo ministro da justiça, como também um suplente e 6 substitutos. O intuito dos conservadores era reduzir o poder local que os liberais anteriormente haviam fomentado. Essa reforma se ampliou para o sistema de jurados, modificando fundamentalmente sua natureza,⁵⁵ que por sua vez estava diretamente relacionada aos interesses pessoais e à manutenção da ordem, - uma arma de combate político - . Esta medida abria as portas para a política da troca de favores.

A reforma de 1841 levou o Brasil a uma espécie de equilíbrio. Um dos fatores que impediram a existência de um partido único no Império do Brasil foi a política de apadrinhamento, pois assim forjava as leis centralizantes, dividindo a sociedade em facções que competiam pelos favores, títulos e poderes que governo garantia pelo desempenho de um posto. Assim o sistema conservador serviria apenas alguns grupos e províncias, ou seja, aqueles que desenvolvessem um bom desempenho frente às pretensões eleitorais e, conseqüentemente, receberiam alguns cargos para distribuir como recompensa.

A lei de 1841 criou uma magistratura profissional dependente do governo central. A essência política da lei derivava de laços coercitivos de dependência que ligavam a rede dos magistrados com o governo e davam ao ministério controle fundamental sobre seus representantes judiciais. Essa lei proibia a dispensa do funcionário, mas por outro lado usava-se e abusava-se da transferência. Artifício empregado tanto pelos liberais, como pelos conservadores, para garantia de seu poder afim de que não houvesse contrariedades nas províncias.

⁵⁵ Cf. FLORY, Thomas. 1986, p. 268

A magistratura profissional – tradicional concorrente da judicatura eletiva – foi convertida, a partir de 1841, no grande instrumento de controle político do governo sobre os interesses locais.

Os magistrados serviam como condutores de interesses locais e nacionais. Justamente pelo contato desenvolvido pela função, os magistrados interagiam com a sociedade, nos mais diferentes locais, e assim conduziam ao centro administrativo as expectativas e cobranças locais. Esse tipo de articulação judicial dos interesses privados poderia ser visto na composição da oligarquia do Rio de Janeiro que foi coadjuvante na criação do partido conservador.

Por vezes essa nova lei foi atacada pelos liberais que argumentavam o uso dos magistrados para angariar apoio político aos conservadores enquanto que suas funções só eram desenvolvidas em muitas vezes nos períodos que antecederiam as eleições.

A reorganização da Guarda Nacional, em setembro de 1850, completou a obra de centralização do Império.

Como observa José Murilo de Carvalho, o que aconteceu a partir das leis centralizadoras não foi o “esmagamento” – como chamavam os liberais – do poder local. A escolha dos delegados e subdelegados, que exerciam o cargo gratuitamente, acabava recaindo sobre o mesmo tipo de gente eleita para Juiz de Paz. O que houve, na verdade, foi a instauração do governo como administrador dos conflitos locais, trazendo para a esfera pública o processamento de lutas privadas.⁵⁶

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. Brasília, Ed. UnB, 1891, p.124

Thomas Flory aponta claramente o novo sistema “judicial eleitoral” estabelecido em 1841, com a reforma do Código do Processo:

Em geral nas paróquias e condados cujas políticas agradavam ao governo, a nova estrutura da polícia simplesmente se sobrepunha ao antigo sistema judicial do Código Processual; mas que em paróquias que apresentavam problemas políticos ou conflito potencial, a hierarquia policial podia aplicar-se como uma influência paralela e de contrapeso e como um ponto de reunião para facções locais que apoiavam o governo.⁵⁷

Analisando a relação entre poder central e o poder local no sistema político imperial, Richard Graham atenta para o papel dos potentados locais na própria construção do Estado centralizado e na sustentação da monarquia. Longe de terem sido politicamente destruídos pelo governo central, os chefes locais teriam se aliado a ele, com benefícios para os dois lados: o governo ganhava sustentação nas bases rurais, os senhores territoriais legitimavam seu domínio em nível local. A base do sistema entrelaçava as redes de lealdade e obediência formadas pela prática clientelista. A moeda principal do sistema eram as eleições nacionais, dominadas, na prática, pelos chefes locais, muitas vezes os senhores de terra. Por meio das eleições, esses chefes comprovavam a lealdade devotada por suas respectivas clientelas, dirigindo seus votos aos candidatos do governo central. Em troca, ganhavam o poder de designar postos oficiais importantes para reforçarem seu predomínio junto aos seus seguidores. Os cargos mais almejados apesar de não serem remunerados, eram centrais na estrutura de autoridade local: oficiais da Guarda Nacional, delegados e subdelegados, substitutos de juízes de direito. A estrutura formalmente centralizada do sistema político e administrativo

⁵⁷ Op. Cit, p. 279

escondia, portanto, o enorme poder dos chefes locais, que mantiveram um alto grau de liberdade.

Descreve Grahan:

[...] No entanto, é importante recordar que aqueles situados no centro do poder imperial impunham a ordem através dos localmente proeminentes, como também ocorreu em tempos coloniais.⁵⁸

Conforme Gabriela Nunes Ferreira:

[...] a proeminência dos chefes locais no sistema político nacional é normalmente mais lembrada com relação a períodos marcados pela descentralização político-administrativa, como a Primeira República. É interessante pensar no processo de centralização do poder que marcou o Segundo Reinado como um tipo de aliança, mais do que como uma ordem imposta de cima para baixo.⁵⁹

Os traços gerais do sistema político resultantes desse processo de centralização são conhecidos: dois grandes partidos, o Liberal e o Conservador, arbitrados pelo Poder Moderador, que assegurava alternância no poder. A criação do cargo de presidente do Conselho em 1847 firmou definitivamente o “parlamentarismo às avessas.”⁶⁰

Findava-se a turbulência da fase quase republicana da Regência, com seus motins, suas rebeliões provinciais, seus impasses criados pela luta entre governo e Parlamento. Durante a Regência, pela Lei de 14 de junho de 1831, o governo estava proibido de dissolver a Câmara dos Deputados. Com a maioria, o

⁵⁸ GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. UFRJ. Rio de Janeiro, 1997, p. 372

⁵⁹ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999, p. 73

⁶⁰ A expressão, parlamentarismo às avessas, é usada por alguns autores ao fazerem referência a 1847 quando o Imperador estabelece o cargo de Presidente do Conselho dos Ministros. Este Presidente se encarrega de formar o ministério e submetê-lo ao Parlamento (Câmara dos Deputados). O imperador é o árbitro em caso de oposição entre ministério e Parlamento podendo demitir o gabinete ministerial ou dissolver a Câmara dos Deputados.

Poder Moderador voltou a exercer as suas atribuições definidas pela Constituição, entre as quais a de dissolver a Assembléia. Em 1842, os liberais de Minas Gerais e São Paulo pegaram em armas para lutar contra o poder centralizado. No entanto, ao subir ao poder, em 1844, o Partido Liberal manteve o mesmo arcabouço administrativo e judiciário que, na prática, também o favorecia.

O fim da Revolução Praieira (1848-1850), última das rebeliões provinciais, marcou a estabilização do sistema político do Segundo Reinado. A conciliação pode ser considerada o ponto culminante desse processo de estabilização, com a diluição das grandes clivagens partidárias.⁶¹

⁶¹ Op. Cit, p. 39-40.

2.2. Considerações sobre a Política Mineira e a Revolução Liberal de 1842.

A História política de Minas, segundo Cid Rebelo Horta, coincide com “a história dessas grandes famílias que ocupam a cena política desde a Colônia. Como uma cadeia de círculos familiares, ou de parentelas, seus membros ora se sucediam nas tarefas de chefia local e regional”⁶². O autor caracteriza essas famílias por alguns traços semelhantes à organização clânica como: “a convivência comum ou contígua num extenso domínio, a solidariedade baseada no parentesco, orgulho da linhagem, o sentimento de família sobreposto a todos os interesses, principalmente na esfera política”⁶³. A consciência de solidariedade prevalecia sobre quaisquer considerações, e segundo o autor, seria tão maior quanto mais numerosa fosse a “família grande”. Embora os laços de solidariedade pudessem se afrouxar quando a família se dispersava, mais freqüentemente eles se estendiam para além dos limites municipais e formavam grupos de poder regionais, que acabavam se fechando pelos laços de parentesco. Este foi o caso, por exemplo, das velhas famílias da região central que migraram para a Zona da Mata ou mantiveram sua presença nos altos níveis de burocracia do governo, tanto dentro como fora da província. Mesmo dispersando-se, elas continuavam no cenário político, entrecruzando-se com outras famílias ou mantendo o poder político.

⁶² HORTA, Cid Rebelo. *Famílias governamentais de Minas Gerais*”In: Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte: UFMG, 1956.p.21

⁶³ Ibidem, p. 21

A sobreposição da família na esfera política tanto em Minas como no resto do Império dependia da lealdade e da confiança pessoal como elementos básicos da relação entre os membros familiares, dentro e fora dos grupos políticos, acarretando significativas conseqüências neste domínio. Este tipo de relação acontecia no momento em que importantes decisões, que envolviam projetos de alcance provincial eram tomadas, por exemplo, quando alguém pretendia o cargo de oficial da Guarda Nacional. Assim, era óbvia a preferência dispensada não só aos parentes, como aos amigos e conhecidos, expostos ao controle dessa estrutura. O mesmo acontecia com o compadrio - como expõe Oliveira Torres - que ligava à esfera política famílias e pessoas que não possuíam poder político, iniciando assim uma aproximação dos vínculos essenciais à prática clientelista:

Os chefes de família eram procurados para serem padrinhos dos filhos das classes empobrecidas e, entre eles, crescia um vínculo quase religioso: – o compadrio. O compadre poderoso dava proteção, amparo, ajuda material e, em troca, o compadre pobre votava com ele e podia dar alguns tiros em caso de força maior.⁶⁴

O grupo que monopolizava o poder e os papéis na política geralmente se compunha de homens vinculados à posse da terra, ao comércio e à burocracia, incluindo aí os profissionais liberais.

Dentro de toda essa trama clientelística mineira, transitava Manoel Teixeira de Sousa, o futuro “Barão de Camargos”⁶⁵. Como será visto adiante, este Barão foi político, chefe do partido conservador em Minas Gerais e procedente de uma família economicamente de posses medianas, portanto,

⁶⁴ TORRES, Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan- Americana do livro, 1962. p. 65

⁶⁵ Em 1871 Manoel Teixeira de Sousa recebeu o título de Barão de Camargos.

correspondendo aos pontos fundamentais para o exercício da política “tradicional familiar mineira”. Com sólido prestígio e de relevância indiscutível dentro do cenário mineiro o Barão foi muitas vezes o “patrão e o cliente” responsável por garantir os interesses e a ordem determinada pelo poder central. Muitos foram aqueles que recorreram a pedidos endereçados ao Barão como também para garantir seu poder e influência, muitos foram atendidos.

Em alguns momentos seu prestígio viu-se ameaçado principalmente pelos acontecimentos ocorridos no ano 1842, conhecidos como Revolução Liberal.

A revolução Liberal de 1842 foi um levante armado planejado por liberais mineiros e paulistas. Para os liberais, a situação chegava ao limite: as conquistas obtidas na Regência estavam sendo demolidas uma a uma pelos conservadores. Sérgio Buarque de Holanda assinala que para parte dos liberais a única opção em curto prazo era uma revolta armada. A resistência destes às reformas conservadoras se estendia em vários pontos do país, principalmente no Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Paraíba. No entanto, os principais focos das ações armadas estavam em São Paulo e Minas Gerais.⁶⁶

Conforme observou Richard Graham, alguns políticos viam no liberalismo a possibilidade de favorecer as elites locais em detrimento do poder

⁶⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. São Paulo. In: *Historia Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. V. II. São Paulo: Difel, 1984 p. 467

central. Nessa perspectiva a ação armada foi tramada e executada. A revolução liberal de 1842 tratou-se de um movimento das elites.⁶⁷

Apesar de previrem que todas as Províncias se levantariam juntas, os liberais mineiros só aderiram ao movimento quando este já havia sido controlado em São Paulo. Chefiaram a insurreição em Minas Gerais alguns ex-deputados que haviam perdido os cargos com a criação da nova Assembléia Provincial. Alguns deles foram: Teófilo Otoni, José Pedro Dias de Carvalho, Dr. Manoel de Mello Franco e Cônego José Antonio Marinho.

Por outro lado, os conservadores da província de Minas Gerais se preparam para a revolta, como foi possível perceber por meio das informações das correspondências recebidas pelo chefe do Partido Conservador. Correligionários, amigos, políticos e adeptos do conservadorismo aliaram-se em busca de angariar fundos para enfrentar o movimento liberal. Assim escreve um conservador ao Barão de Camargos:

Nosso compadre e amigo José Ferreira Carneiro está conduzindo certa quantia para esta capital afim de juntar-se aos outros para que possamos enfrentar tal rebelião adversária aos nossos princípios [...]⁶⁸

O Barão de Bonfim também escreve ao Barão de Camargos justificando o envio de 20 contos de réis arrecadados para o preparo das armas. “Autorizei meu amigo João Baptista de Figueiredo a entregar-lhe a quantia de 20 contos de réis para fornecer aos guardas as armas usadas para a rebelião.”⁶⁹

⁶⁷ GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. UFRJ. Rio de Janeiro, 1997, p. 232

⁶⁸ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1842, pasta fevereiro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

⁶⁹ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1842, pasta janeiro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

Muitos também escreviam ao Barão, tempos após a rebelião em Minas, dizendo estarem muito endividados devido à participação neste levante. Como é caso de João Leão Lopes:

Peço insistentemente que abrevie o tempo de reembolso do meu patrimônio entregue ao Presidente, emprestei 20 contos sem juro para acudir essa província e agora encontro-me endividado e sem poder pagar, V.M sabe como falam quando se deve aqui nesta cidade [...] ⁷⁰.

Outro caso é o do Barão de Sabará: muito aflito, remeteu cerca de 9 cartas a respeito do mesmo assunto:

[...] Se realmente houver o embolso do Barão de Bomfim quero ser ressarcido sobre o dinheiro (2 contos) que gastei com a rebelião. Rogo-lhe que logo o entregue para o sr ministro, remeta-me pelo meu portador. Só deos sabe o quanto ele me é de precisão[...] ⁷¹.

O Barão de Bomfim, num tom de desagrado, escreve ao barão anunciando que também financiou a rebelião:

[...] Também emprestei dinheiro! 20 contos sem juro para acudir essa província! [...] Desejo que abrevie o quanto for possível o meu embolso [...] Autorizei meu amigo João Baptista de Figueiredo a receber por mim.(Rio de Janeiro, 17/11/1843).⁷²

No dia 20 de agosto ocorreu em Santa Luzia a batalha decisiva, onde as tropas liberais foram derrotadas. Com o fim do conflito, foi nomeado para presidir Minas Gerais o Conservador Francisco Soares Andréa. O preço da revolta foi bem mais alto do que em São Paulo, em virtude principalmente dos roubos, pilhagens e todo o tipo de excesso praticado por beligerantes de ambos os lados. Apesar de ao longo da década de 1840 haverem surgido tentativas de

⁷⁰ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1843, pasta novembro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

⁷¹ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1843, pasta novembro. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

⁷² Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1843, pasta novembro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

recuperar a imagem do movimento, este passou a ser lembrado como um exemplo da falta de patriotismo e respeito à ordem por parte dos liberais.⁷³

Mais que uma derrota militar, os liberais sofreram um revés político, no sentido de que não poderiam ditar as regras do jogo. Após o fim da Revolução Liberal, os conservadores se apressavam em nomear presidentes capazes de manter a ordem e Minas Gerais passou por um processo de pacificação. Os conservadores fizeram questão de assinalar que o movimento não havia sido uma revolução, mas sim uma rebelião, justificando maiores poderes ao governo central.

2.3. Ouro Preto, a capital da província mineira e sede política do Barão de Camargos.

Ouro Preto nasceu com a descoberta do ouro. Antes mesmo de 1700, o espírito de aventura e o ímpeto pela riqueza fácil levaram à região centenas de aventureiros, em sua maioria portugueses e paulistas (chamados bandeirantes).

Segundo a lenda, ao meter a gamela no Ribeirão Tripuí para matar sua sede, um homem encontrou no fundo algumas pedras negras e resolveu guardá-las. De volta a Taubaté, em São Paulo, de onde partira sua bandeira, repassou as pedras a outro homem, e estas chegaram às mãos do então governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes. Num gesto despretensioso, o governador levou à

⁷³ VENANCIO, Anderson Luis. *A força do centro: a influência conservadora na província de Minas Gerais (1844-1853)*. Dissertação (Mestrado em História) Franca, 2004. Universidade Estadual Paulista. p. 59.

boca uma das pedras e, trincando-a com os dentes, identificou o tão cobiçado metal.⁷⁴

A notícia logo se espalhou e com ela o registro de que o achado de ouro teria ocorrido nas proximidades de uma formação rochosa chamada pelos índios de Pico do Itacolomi. Inúmeras expedições partiram em busca do famoso local, mas sem sucesso retornaram ao ponto de partida. Até que em 1698 o paulista Antônio Dias de Oliveira alcançou a região do Itacolomi e descobriu um veio riquíssimo, por isso resolveu se estabelecer e mandou buscar amigos e parentes em Taubaté.

A partir daí aumentou o número de bandeiras que se dirigiram à região. O metal era abundante, encontrado no leito e às margens dos rios e na encosta dos morros. Em sinal de devoção cristã e agradecimento, os bandeirantes ergueram rústicas capelas em adobe e palha. Numa dessas construções, possivelmente a atual Capela de São João Batista, o Padre João de Faria Fialho celebrou a primeira missa da região. A atividade mineradora tornou-se naturalmente a mais importante, e a inexistência de trabalho agrícola provocou fome e fez com que muitos aventureiros abandonassem seus achados e retornassem às suas terras de origem, retardando a efetiva ocupação do território.

Sylvio de Vasconcellos descreve Ouro preto fisicamente:

A antiga Vila Rica localiza-se em terrenos altos, em torno de 1.100 m. de altitude. Situada em garganta estreita, entre a serra do ouro Preto e a do Itacolomi, recebe com as correntes aéreas dominantes que nela penetram, grande parte da evaporação condensada do Vale do ribeirão do Carmo, que lhe fica bem abaixo, 700 m. de altitude. Por sua vez, as sombras e os

⁷⁴ LIMA JUNIOR, Augusto de. *Vila Rica do Ouro Preto: síntese histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Augusto de Lima Jr., 1957.

ventos frios são compensados, durante o dia, por um sol ardente, próprio da altitude.⁷⁵

Apesar dos problemas de alimentação, relevo e clima, novos aventureiros alcançaram o pretendido eldorado. A corrida pelas terras do ouro era intensa, composta, evidentemente, em sua maioria, de aventureiros de ânimo forte e ambição maior e que dificilmente seria controlável por normas de moral ou de direito.

Fazendo referencia a miscelânea populacional atraída pela riqueza oferecida pelo descoberto na Minas, Vasconcellos aponta:

Chegaram homens das mais diversas procedências e raças: paulistas afeitos à vida rude, experimentados no sertão e na caça do índio, brasileiros do norte, boiadeiros, vadios do litoral, ciganos. Judeus e cristãos novos, uns e outros prontos para a guerra e para a desobediência.⁷⁶

Entre 1708 e 1709, paulistas — os primeiros descobridores da região — se revoltaram contra os forasteiros, em sua maioria portugueses, baianos e pernambucanos. A rivalidade entre os dois grupos e a preponderância administrativa dos paulistas, que faziam a distribuição de veios de ouro, culminou na Guerra dos Emboabas. Liderados pelo comerciante português Manuel Nunes Viana, os forasteiros saíram vitoriosos, tornando mais democrática a aventura do ouro.

Após o conflito, foi incrementada a vida da localidade com o desenvolvimento de incipientes arraiais mineradores: Padre Faria, Antônio Dias, Paulistas, Bom Sucesso, Taquaral, Sant' Ana, São João, Ouro Podre, Piedade, Ouro Preto e Caquende. A cada dia os pequenos arruamentos ganhavam novas

⁷⁵ VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimentos – Residências*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956. p. 93 e 94

⁷⁶ Ibidem, p. 94

edificações, e o comércio surgia com certa intensidade, dando configuração urbana à primitiva região mineradora. O visível crescimento desses arraiais levou o governador da capitania Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho a criar, em 1711, Vila Rica.

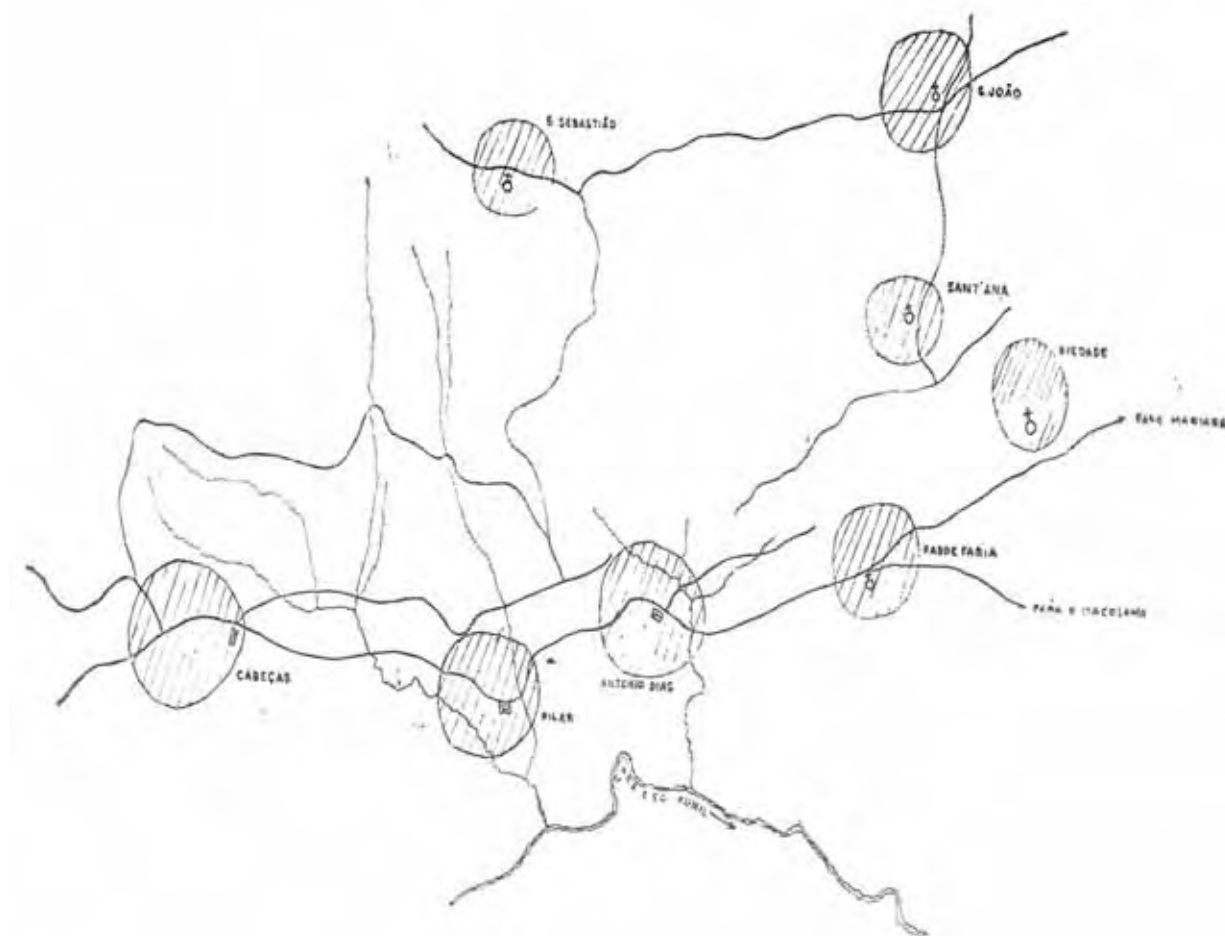


Figura 1 - Planta dos primeiros povoados de Vila Rica⁷⁷

O arraial do Ouro Podre foi o que mais prosperou. O comerciante português Pascoal da Silva Guimarães enriqueceu com a extração do ouro encontrado nas encostas do morro do Ouro Podre e tornou-se seu maior explorador. Indignado com o início do controle da Coroa e a cobrança de impostos, que exigia o recolhimento da quinta parte do ouro extraído aos cofres

⁷⁷ Ibidem, p.104

da Coroa, incitou a rebelião conhecida como Sedição de Vila Rica. Para pôr fim ao movimento e restabelecer a ordem, o governador Dom Pedro de Almeida, Conde de Assumar, tomou medidas drásticas: mandou prender e enforcar Felipe dos Santos, fiel partidário de Pascoal da Silva, e ordenou que ateassem fogo no arraial do Ouro Podre, conhecido ainda hoje como Morro da Queimada.

O movimento de 1720, em Vila Rica, foi na verdade uma das páginas mais gloriosas da luta colonial contra a tirania lusa, e Felipe dos Santos, o verdadeiro Titã do primeiro e mais sério brado de liberdade em terras brasileiras.⁷⁸

Mesmo com a grande fiscalização por parte da Coroa e o alto custo dos impostos, os arraiais mineradores cresceram e a distância que os separava diminuiu. Os arraiais de Antônio Dias e Ouro Preto se uniram no morro de Santa Quitéria, onde hoje está a Praça Tiradentes. A rua principal tomou sentido longitudinal, ligando as três colinas que formaram a então futura cidade de Ouro Preto: Cabeças, Praça Tiradentes e Santa Efigênia e, mais abaixo, o Padre Faria. O arraial de Ouro Preto formava com o de Antônio Dias o núcleo de Vila Rica, impondo seu nome, que tem origem nas primeiras descobertas do metal precioso.

⁷⁸ RUAS, Eponina. *Ouro Preto: sua História, seus templos e monumentos*. Ouro Preto: Ed. FFF, 1950. p 17.



Figura 2 - Planta de Ouro Preto⁷⁹

⁷⁹ Ibidem, p. 238

De 1730 a 1760, a produção aurífera atingiu seu apogeu. Sabe-se que entre 1735 e 1751 o quinto do ouro chegou a 34.275 quilos, o que levou à soma de 2.142 quilos recolhidos por ano pela Coroa. Essa foi a fase gloriosa de Ouro Preto, assinalada por suas sofisticadas construções e festas barrocas. A mais famosa delas foi o Triunfo Eucarístico: procissão que trasladou o Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a Matriz de Nossa Senhora do Pilar, por ocasião de sua inauguração.⁸⁰ A riqueza e a pompa do cortejo foram minuciosamente descritas pelo cronista Simão Ferreira Machado, revelando o fausto da vida social da época.



Figura 3 - “Praça Tiradentes”⁸¹

⁸⁰ VASCONCELLOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: INL, 1948. p. 98

⁸¹ REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo, Edusp: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p.216

Ao final do governo Gomes Freire, em 1763, já se vislumbrava a decadência do ouro e o iminente colapso econômico. As dificuldades de se extrair mais ouro levaram o governo português a criar novos impostos sem se preocupar em dinamizar a economia local colonial. A difícil tarefa de se fazer prosperar a agricultura nas regiões acidentadas de Ouro Preto restringiu a produção à subsistência. A população da capital mineira enfrentava a escassez de alimentos e sofria com as doenças causadas pela desnutrição. Dessa forma, a economia baseada apenas na difícil e concorrida mineração e no comércio ainda incipiente dispersou gradativamente parte população rumo às áreas periféricas onde pudesse desenvolver outras atividades econômicas.

Alguns anos depois, o novo governador de Vila Rica, Visconde de Barbacena instituiu a derrama, imposto compulsório sobre os rendimentos atrasados do quinto do ouro, que, em 1788, ultrapassavam oito mil quilos.

Em 1789 eclodiu a Inconfidência Mineira. Embora as verdadeiras motivações e o real sentido e significado desta insurreição sejam ainda intensamente discutidos historiograficamente, sabe-se que foi a primeira reação colonial que pregou a separação de Portugal e teve politicamente caráter republicano e regionalizado. Neste movimento misturaram-se o inconformismo com a situação econômica, as informações sobre as lutas na França e na América do Norte e a ideologia iluminista infiltrada na sociedade mineradora, fazendo nascer no seio de Vila Rica uma nova forma de pensamento e levando as camadas mais abastadas — comerciantes, intelectuais e militares — a conspirarem e tramarem o movimento.

Como se sabe, no decorrer do século XIX, a principal atividade do país voltou a ser a agricultura de exportação, com a introdução da lavoura de café no sudeste e nos estados do sul. Isto não significou entretanto, que havia decadência econômica. Minas Gerais, mesmo em crise econômica por conta do declínio da atividade aurífera, não adentrou o século XIX estagnada. Embora o encontro de jazidas de ouro escasseasse, foi na diversificação de suas atividades que a economia regional conseguiu se sustentar. A atividade de extração de ouro e diamantes passou a conviver com a produção de alimentos, bovinos, porcos como também de seus derivados. O cultivo de chá, em determinado momento do século XIX, teve sua importância, pois se buscava um novo produto para exportação, embora tentativa não trouxesse maiores lucros. Na Região da Zona da Mata desenvolveu-se a cultura cafeeira a partir da segunda metade do século XIX. Além disso, focos de uma embrionária industrialização começaram a surgir nas regiões de Juiz de Fora e do Serro.

Podemos afirmar que Minas Gerais, no início do século XIX encontrou na atividade cafeeira e nas tentativas industriais as novas orientações para retomar a economia mineira e, conseqüentemente, estreitar os laços comerciais com a capital do império e articular-se comercialmente com o restante das áreas produtoras.

Vila Rica e a sua área abrangente deixaram de ser a referência econômica não só do país, mas também da Província. Contudo, continuou politicamente ativa e decisiva, pois com a independência tornou-se a capital da Província de Minas Gerais, passando a se chamar Imperial Cidade de Ouro Preto.

A História de Ouro Preto não se restringe somente ao período aurífero que trouxe seu tempo de glória. Tradicionalmente, grande parte da produção historiográfica esteve voltada para temas pertinentes à produção do ouro colonial, suas conseqüências e a arte barroca representada em sua arquitetura⁸². Mas a História conseguinte, o século XIX, principalmente a vida política na capital mineira, tem recebido pouca atenção. É importante ressaltar que desde seu descobrimento até final no século XIX, Ouro Preto foi sede para grandes políticos e intelectuais que inúmeras vezes projetaram suas pretensões em feitos e obras que vieram a favorecer todo o Brasil. Mesmo com sua economia decadente e antiquada para os padrões econômicos do restante da província, Ouro Preto foi o centro das tramitações políticas durante quase todo o século XIX, tendo desempenhado importante papel na defesa do governo central do país como na revolta liberal de 1842.

Um dos personagens locais que atuou politicamente a favor do governo de Minas Gerais na revolução de 1842 foi Manoel Teixeira de Sousa, o então futuro Barão de Camargos. Como Inspetor da Tesouraria Geral em 1842, sua participação foi fundamental na arrecadação de fundos para ajuda de custo da revolução. É possível perceber em suas correspondências particulares, nossa fonte de análise fundamental, o quanto este Barão foi politicamente importante para Ouro Preto e Minas Gerais.

⁸² Para essa linha de pesquisa é imprescindível que o leitor recorra às produções desenvolvidas por: Sylvio de Vasconcellos, Epomina Ruas, Nestor Goulart Reis, Augusto de Lima Junior, Salomão de Vasconcellos, Laura de Mello e Souza, Keneth Maxwell, Luiz Carlos Villalta, Andréa Lisly Gonçalves, dentre outros.

Representante de uma das mais tradicionais famílias mineiras, os “Teixeira de Sousa”, Manoel Teixeira de Sousa, era filho do Sargento-Mor Manoel Teixeira de Sousa (Neto de Jerônimo Teixeira de Carvalho) e de Inácia Francelina Cândida da Silva (Bisneta terceira de *Pimenta da Costa*). Sua família, apesar de ser tradicional em Ouro Preto, não possuía grandes propriedades, tratava-se de antigos comerciantes locais, com posses economicamente medianas. Nasceu no ano de 1811 em Ouro Preto, e teve apenas dois irmãos, João Batista Teixeira de Sousa, que posteriormente tornou-se comendador e Francisca de Paula Teixeira de Sousa.

Casou-se aos vinte e dois anos com Maria Leonor Felicia da Rosa, trineta sétima do Coronel *Mosqueiras*, ao lado de quem constituiu uma família de quinze filhos, cuja descendência refletiu em trinta e dois netos e quarenta bisnetos.⁸³

A esposa do Barão era procedente de uma tradicional família também de comerciantes com posses em Ouro Preto e em toda a província de Minas Gerais. Embora o casamento fosse um dos canais para aumentar riquezas e ascender socialmente, as bodas do Barão uniram mais a influência e a tradição das duas famílias do que o próprio poderio econômico, pois neste caso a herança de Maria Leonor foi dividida entre os numerosos membros de sua família e pouco se somou aos bens do Barão.

É importante perceber que na formação familiar do Barão de Camargos o casamento foi fundamental para o estreitamento com a política, evidenciando que

⁸³ Na leitura do testamento do Barão não foi encontrado nenhum caso de filho bastardo, ou seja, fora de seu casamento com Maria Leonor.

esta não necessariamente estava sempre ligada à condição econômica, mas, sobretudo, ao poder de influência e prestígio social.



Foto do Barão: Colaboração de Francisco Antonio Dória
Fonte: AMI – Fundo Barão de Camargos – 1839

Figura 4 - Barão de Camargos

Manoel Teixeira de Sousa, chefe do partido conservador, foi durante quarenta anos o político de mais sólido prestígio na província de Minas Gerais e ocupou vários postos: Foi Major da Legião da Guarda Nacional nomeado pelo presidente da província em 1840, Inspetor da Tesouraria da fazenda de Minas em 1841, Inspetor da Tesouraria Geral em 1842, Secretário de Presidência da Província de Minas em 1849, foi Deputado da Assembléia Provincial na 3ª legislatura de 1840 e na 7ª de 1848 e da Assembléia Geral na 8ª e 9ª legislatura de 1849 a 1856. Em 1860 Foi nomeado Senador Vitalício pela Província de Minas Gerais e diretor do Banco do Brasil em Ouro Preto. Em 1871 recebeu o título de *Barão de Camargos* e Foi nomeado Vice-Presidente da Província de Minas Gerais em 1876.

Enquanto exerceu atividades políticas e ocupou cargos, o Barão implementou várias obras e medidas importantes e muitas também foram as melhorias advindas de sua atuação para a cidade de Ouro Preto e para a Província de Minas Gerais, principalmente depois de tornar-se Senador da Província em 1860, como: as instituições do Tribunal da Relação em 1865, das antigas bancas de exames preparatórios para cursos superiores em 1862 e do ramal férreo em 1870.

Quando exercia o cargo de Vice-Presidente de Província em 1876 apoiou politicamente a instalação da maior escola formadora de Engenheiros especialistas em minerais do país, a “Escola de Minas” ⁸⁴. O Barão e Henry Gorceix, mentor e criador da escola, assinaram juntos os documentos que oficializava sua fundação em 1876.

Dignitário da I^a Ordem da Rosa e Cavaleiro da I^a Ordem de Cristo, o Barão de Camargos possuía três propriedades dentro de Ouro Preto, duas na área urbana e uma na área rural. A mais importante era localizada na praça central, onde também se encontrava a “Casa de Câmara e Cadeia” e o “Palácio dos Governadores”. Sua imponente propriedade rural, a “Fazenda do Thesoureiro”, situava-se no distrito de Camargos, razão pela qual lhe foi atribuído o título de “Barão de Camargos”. Nesta propriedade, apesar da presença de um Engenho e de atividades agrícolas, sobressaiu o cultivo do Chá, que rendeu ao barão alguns prêmios internacionais como o de Paris em 1868. Pela análise do inventário

⁸⁴ Ouro Preto possuía desde 1839 a primeira escola de nível superior na América Latina em especialidades farmacêuticas, a Escola de Farmácia. Este desenvolvimento intelectual foi reforçado com a criação da Escola de Minas por ato de Dom Pedro II, em 1876, e como vimos, implantada pelo francês Claude-Henri Gorceix com o apoio do Barão de Camargos.

Barão, percebe-se que esta propriedade não era muito produtiva primeiramente pelo seu monte-mor, que não era alto e também pela pouca presença de escravos.

Em seus últimos anos de vida, o Barão mudou-se para sua propriedade denominada “Quinta dos Barões”, um pouco afastada do centro ouropretano, onde viveu até seu falecimento em agosto de 1878.

Ouro Preto, sede residencial do Barão de Camargos, foi sem dúvida o principal centro de decisões políticas da Província de Minas Gerais até o fim do século XIX⁸⁵. Como já referido, mesmo não sendo a área mais desenvolvida economicamente, Vila Rica, mais tarde Ouro Preto, representava os interesses e as ações políticas de Minas Gerais.

⁸⁵ Durante as últimas décadas dos oitocentos vendo-se cada vez mais pressionados para a mudança da capital de Minas, os políticos locais idealizaram uma série de projetos arquitetônicos que comportassem esse um moderno ideal de cidade ajustado às influências francesas. Com a proclamação da República, em 1889, Ouro Preto permaneceu como capital de Minas Gerais até 1897, quando foi inaugurada Belo Horizonte, planejada e construída para esse fim.

CAPITULO 3 - BARÃO DE CAMARGOS: OS CAMINHOS DO CLIENTELISMO

3.1. A tessitura das relações

As instituições "casa" e "família", cuja importância resiste às mudanças, refletiam tão profundamente na natureza da ação política e tanto se revelaram fundamentais para as conclusões às quais chegamos que exige que nos estendamos um pouco em sua discussão.

Embora, na realidade, famílias e unidades domésticas aparecessem de várias formas, quer pouco numerosas, quer extensas, quer chefiadas por mulheres, atentaremos principalmente às famílias patriarcais por sua vez numerosas e chefiadas por um homem. É importante ressaltar que, em algumas ocasiões, tocaremos também neste outro tipo de família, menos abastada e pouco numerosa, conforme determinam algumas correspondências, em que o missivista deixa clara sua posição dentro deste sistema familiar; mas sobretudo de maneira sucinta, com o objetivo analisar o alcance do clientelismo, assim como o seu perfil, e não a discussão deste tipo de organização doméstica. Centralizaremos nossa atenção, essencialmente, nas famílias conhecidas como “patriarcais”, pois o clientelismo do Brasil Imperial nasceu dentro deste tipo familiar, que lhe fez sobreviver e formar as mais fortes redes de dependência para que

conseqüentemente viesse a se refletir na sociedade, ou seja, abarcar outros tipos de organização familiar.

Nas palavras de Sérgio Buarque, família patriarcal:

[...] é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do *pater-familias*.⁸⁶

Esse tipo de família prevaleceu no domínio rural da colônia e persistiu no Império. A importância do nome de família, marcante na “Europa cristã e medieval a partir do século XII – acentuou-se estranhamente entre nós”⁸⁷.

Este modelo familiar inicialmente caracterizava-se por laços de sangue. O chefe de família exercia autoridade incontestável sobre os demais membros, que lhe deviam respeito e obediência, e assim o grupo mantinha-se unido. Somam à família outros elementos tradicionais, como os estabelecidos por uma rede de relações pessoais, formando grupos a partir das relações de parentesco e amizade, mantendo toda uma rede de dependência familiar e, conseqüentemente, eleitoral.

O Estado dava proteção especial à família. A lei proibia que alguém legasse a maior parte de sua propriedade a qualquer um que não fosse da família. Contudo havia exceções sugestivas que permitiam ao chefe de família renegar seus herdeiros: “Um filho poderia ser deserdado por insultar publicamente o pai,

⁸⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1984. p. 46

⁸⁷ Ibidem. p.46

ou uma filha por se casar sem o consentimento dele a não ser que, ao fazê-lo, ela subisse de posição social”⁸⁸.

As famílias representavam papel importante na fonte de capital público. Comumente, elas dedicavam-se a aumentar sua propriedade, e ao longo de várias gerações sucessivas as famílias bem sucedidas acumulavam recursos significativos. Os vínculos que levavam homens aos cargos oficiais e ao domínio local constituíam parte importante desses recursos. Por meio da política, as famílias lutavam para preservar os espaços de poder e votavam juntas. Assim formavam colégios eleitorais e muitas vezes posicionavam-se contra outras famílias para manter completamente seus interesses.

Os limites de uma família iam muito além do núcleo familiar formado pelo pai, a mãe, os filhos e os netos:

A proteção em troca da lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consangüíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento. Embora um pouco mais tênues, os laços de parentesco ritual também eram importantes. Ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre no Brasil, como em outras culturas ibéricas, envolvia obrigações religiosas e materiais, e portanto de influência e até mesmo autoridade. Todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou garantia de cargos no governo, de tal modo que, muitas vezes alguém se referia de forma figurada a um protegido como afilhado, e a seu protetor como padrinho⁸⁹.

Nas correspondências recebidas pelo Barão de Camargos, observamos como este tipo de argumento era utilizado a favor do missivista para reforçar o seu pedido. As pessoas recorriam a “palavras protetoras” de forma constante:

⁸⁸ ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. Rio de Janeiro, 1870.

⁸⁹ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.p. 64

“Meu amigo e *Compadre* Major [...]”, “De se [...] Amigo respeitadíssimo e *afilhado* respeitador [...]”, “[...] Ainda dependo da sua indicação porque tenho quatro opositores com bons *padrinhos* [...].”⁹⁰

A concepção da palavra "família" envolvia uma grande rede de dependência, na qual se incluíam várias pessoas não relacionadas por sangue, nem por casamento, ou compadrio. No caso de uma fazenda, alguns termos utilizados pelo missivista poderiam indicar empregados, arrendatários, parentes afastados e próximos (agregados à família). Em suma, todos os que viviam na (ou da) propriedade. Quanto mais integrantes houvesse nesta família, maior poder este proprietário poderia representar. Deste modo, um chefe de família expandia seu círculo de domínio por sobre aqueles que, como dependentes, reconheciam sua autoridade.

Da família, dos membros da casa, agregados e outros dependentes, um fazendeiro formava seu séquito, ou clientela. Os clientes dependiam de seu chefe, e, em retribuição, ofereciam-lhe lealdade. “O tamanho da clientela era a medida de um homem”.⁹¹ A posse de terra e de uma vasta quantidade de escravos demonstrava o sucesso e ajudava enormemente a ampliação do séquito e o recurso decisivo continuava sendo a lealdade e obediência de outros. Sob o apoio dessa grande clientela, um chefe rural poderia exercer bastante influência sobre juízes e outros agentes, a fim de oferecer proteção e garantir favores a

⁹⁰ Cartas recebidas por Barão de Camargos respectivamente nos anos de 1843, 1848, 1850. Caixa 1843, pasta agosto, caixa 1848, pasta abril, caixa 1850, pasta março. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”*, Fundação pró-memória, Ouro Preto.

⁹¹ op. Cit., p. 65

peessoas respeitáveis, aumentando, portanto, o número de amigos, assegurando a lealdade de uma crescente clientela pela gratidão.

Podemos dizer que a sociedade imperial tinha como unidade básica uma rede de relações pessoais promovida pela pratica clientelista, que ligava grupos, famílias, parentes e amigos. Os homens se relacionavam como “entidades singularizadas” que reconheciam valores ligados às pessoas, privilégios, títulos, considerações, amizade, honra, gratidão, dignidade e, principalmente valor do nome – o que, aliás, está sempre presente nas correspondências remetidas ao Barão de Camargos.

Em nosso trabalho, temos como intermediário dessa rede familiar e política, o Barão de Camargos. Membro de uma das principais famílias mineiras, Manoel Teixeira de Souza viveu na sociedade ouropretana oitocentista e incorporava perfeitamente todos os traços descritos, conforme já mencionado.

A capital da província tinha nos laços de amizade e de família um dos elos fundamentais de convívio. Estes elos, corriqueiramente, eram expressos na apresentação e na despedida das correspondências recebidas pelo Barão, em que os missivistas deixavam clara essa relação bem próxima de amizade, ressaltando continuamente a palavra *amigo*: “Meu respeitadíssimo amigo e snr^o com muito prazer [...]”, “Amigo obrigadíssimo venerador e criado”, “Meu amigo do coração”, “[...] Amigo afetuoso muito obrigado criado”.⁹²

Estes grupos viviam estes elos familiares e afetivos como um valor de conteúdo ideal e normativo circunscrito naquele contexto, pensando-os e lhes

⁹² Carta recebida por Barão de Camargos enviada por João Correa Machado. Caixa 1841, pasta Janeiro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”*, Fundação *pró-memória*, Ouro Preto.

inserido uma referência genérica. Por exemplo, definiam a amizade “como o primeiro parentesco da humanidade e a família como um oásis no oceano de tantas agitações”⁹³.

No universo particular da família, o pai era tratado respeitosamente de “senhor” e seus filhos e escravos tomavam-lhe a benção, conforme percebemos nas cartas escritas pela esposa e pelas filhas: “Meu caro pai e senhor”⁹⁴, “senhor meu pai”⁹⁵, “Meu senhor e esposo do coração”⁹⁶. Ao Barão cabia decidir sobre o futuro dos filhos que a ele recorriam para conselhos, auxílios e favores. Cercado por uma família muitas vezes numerosa, o pai era como um chefe. Exercia sobre os demais membros uma autoridade cuja base era o respeito à sua posição e sua idade. O Barão de Camargos constituiu uma família composta por sua esposa e seus quinze filhos - oito mulheres e sete homens - dos quais onze foram casados. Deixou em descendência trinta e dois netos.

O nome de família, mantido por costume e tradição, era um fator importante na constituição do grupo dominante, que ao mesmo tempo, combinava-se com outros elementos. Dentro das elites, as famílias entrelaçavam-se intimamente, como foi o caso da união dos Teixeira de Souza com os Bretas,

⁹³ Carta recebida por Barão de Camargos enviada por Bernardo. Caixa 1843, pasta novembro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

⁹⁴ Carta recebida por Barão de Camargos enviada por sua filha Maria Leonor. Caixa 1873, pasta novembro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

⁹⁵ Carta recebida por Barão de Camargos enviada por sua filha Maria Elisa. Caixa 1875, pasta Abril. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

⁹⁶ Carta recebida por Barão de Camargos enviada por sua esposa Maria Leonor. Caixa 1871, pasta outubro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

família de importância política e tradição de Ouro Preto como também os Baeta Neves, filhos dos Barões de Louredo. Rebelo Horta mostra que:

[...] os Baetas Neves, entrosam-se com os Monteiros de Barros assim como os Teixeira de Souza, cujo chefe o Barão de Camargos (Manoel Teixeira de Souza) foi o dirigente do conservadorismo em Minas durante quarenta anos. Deputado Provincial e Geral, Senador e Vice- Presidente de província, com exercício em sete períodos.⁹⁷

Os meios para a ascensão social eram não só o casamento, como também a amizade e as relações de lealdade pautadas principalmente pelo clientelismo. As famílias ascendiam socialmente por intermédio de concessões para empreendimentos econômicos, obtenção de cargos públicos e acesso à carreira política, ou seja, através de alianças e favores.

Se a família era o ponto central da fortaleza política e da irradiação do prestígio, a sociedade condicionava automaticamente o nome às posições sociais e políticas. Os títulos de nobreza e os cargos advindos da Guarda Nacional conferiam reputação e tornavam bem-conceituados seus titulares, que eram vistos com bons olhos perante a “boa sociedade”, por isso eram bastante concorridos como meio de ascensão de condição social.

Neste sentido João Correa Machado escreve uma carta ao Barão: “[...] rogo-lhe a sua proteção para que seja escolhido para uma vaga na Guarda Nacional [...]”⁹⁸.

Em um pedido originado de Minas Novas, no norte de Minas, João Jose Dias Pinheiro também desejou integrar a Guarda Nacional, então, pede ao Barão:

⁹⁷ HORTA, Cid Rebelo. *Famílias governamentais de Minas Gerais in: Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte: UFMG, 1956.p. 22

⁹⁸ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1842, pasta fevereiro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

“[...] Me ajude a ser nomeado ajudante do major desta Guarda Nacional nesta mesma localidade [...]”⁹⁹.

Os favores concedidos a uma pessoa conquistavam e conservavam a lealdade de toda uma família: “[...] a gratidão da família que é numerosa e influente e de origem conservadora”¹⁰⁰.

Francisco José S. Ramos pediu ao Barão por seu sobrinho: “[...] Peço urgentemente que valha-nos de vossa amizade e recomende o meo sobrinho Augusto C. as S. Ramos para a indicação da secretaria da assemblea [...]”¹⁰¹. Alguns dias após, escreveu ao Barão o próprio sobrinho de Francisco - "o Augusto" - comunicando que “[...] Confirmado o pedido de meu Tio Francisco fui convocado para a secretaria da assemblea [...]”¹⁰².

Era preciso ponderar a respeito de todos os pedidos, uma vez que a confiança e a lealdade eram a base da formação desta rede de obediência e em alguns casos era perigoso contrariar os pedidos, posto que se tratavam de pessoas com muita influência política e social e futuramente o Barão disporia da gratidão administrada:

[...] Não confio em outra pessoa nesta capital para tal negócio [...] trabalhar a meu favor nas próximas eleições [...] Tenho recomendações particulares de alguns ministros [...]”¹⁰³.

⁹⁹ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1851, pasta janeiro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

¹⁰⁰ Carta recebida por Barão de Camargos enviada por Barão de Congonhas. Caixa 1842, pasta agosto. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

¹⁰¹ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1842, pasta novembro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

¹⁰² Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1842, pasta novembro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

¹⁰³ Carta recebida por Barão de Camargos enviada por Luis Carlos. Caixa 1843, pasta julho. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

As famílias à margem dessa rede clientelista sentiam a exclusão como uma ameaça. Como o caso do Barão de Congonhas, que escreve ao Barão de Camargos aconselhando-o não indicar certo candidato ao posto de comandante da Guarda Nacional, em Pitangui, por que:

[...] o predomínio de sua família, proveniente da acumulação de muitos cargos públicos, já é alegado como motivo ou pretexto de descontentamento de outras pessoas gradas e influentes do município¹⁰⁴.

O nepotismo não era uma prática vergonhosa; não era preciso esconder as posições de filhos, genros, irmãos, sobrinhos ou primos. Fazer parte da família, era não só conveniente, mas também positivo. Os familiares lançavam mão dos sobrenomes e ressaltavam o parentesco próximo ou mesmo distante. O importante era sublinhar a importância da família utilizando termos como: “meu querido e próximo irmão, meu adorado primo, cunhado amigo”. Todos pediram nomeações ao Barão de Camargos.

Nas cartas de recomendação, os remetentes compartilhavam seu parentesco, suas amizades e sua posição social com o destinatário, tocando nos pontos que atingiam o centro nervoso da cultura política. Ao fazer um apelo conjunto, essas cartas não apenas adiantavam as oportunidades da nomeação de um candidato, mas também fortaleciam a validade desses mesmos princípios, para que não fossem postos em dúvida. Antonio A. de Magalhães Botelho, primo de primeiro grau do Barão de Camargos, escreve em sua carta um pedido de nomeação sublinhando especialmente essas relações:

¹⁰⁴ Carta recebida por Barão de Camargos enviada por Barão de Louredo. Caixa 1842, pasta Abril. Fundo Barão de Camargos, *Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”* Ouro Preto.

Primo amigo fiel Manoel Teixeira de Souza [...] Nesse momento oportuno venho-lhe pedir que me ajude a ser nomeado secretario das obras públicas desta cidade de Ouro preto [...] O cargo se encontra vago e dependo de um bom padrinho [...] peço encarecidamente que o primo não se esqueça desse soldado que serve ao imperador e ao império bravamente [...] e despede –se: Primo do coração amigo fiel e obrigadíssimo criado.¹⁰⁵

Quando um missivista mencionava suas relações familiares com o pretendente ao cargo, por exemplo, reiterava inconscientemente a importância da família como unidade básica da sociedade e também expressava o intenso interesse em preservar os recursos de sua família, preocupação que esperava que o destinatário compreendesse e aceitasse. Como escreve José Bento Costa de Aredias de Barbacena, recomendando ao Barão seu sobrinho Francisco Antonio d'Ávila Araújo:

[...] O sr José Roberto ex-escrevente foi despedido porque tem um caráter “rediclo” além de ser muito mal educado. Meu sobrinho é bom rapaz e muito competente, se não puder ser escrevente quero emprega-lo em qualquer outra coisa, portanto conto com a sua proteção[...].¹⁰⁶

Do mesmo modo, quando chamava o candidato de "amigo", estava apelando para uma crença compartilhada a respeito da validade de se formar uma clientela:

Meu Prezado Amigo e Senador. A natural bondade que caracteriza V.Ex^a e o benévolo acolhimento que recebe todos aqueles que dirigem a V.Ex^a, em busca de sua valiosa proteção e ainda são outros tantos estímulos e incentivos que nos animam a dirigir a presente carta solicitando de um grande favor enquanto sempre ambulos possamos expor. O nosso particular amigo e parente o Senhor Antonio Marciano Ribeiro aspira ser nomeado escrivão de Orphãos da nova Villa de São José do Parayso, ultimamente criada.

¹⁰⁵ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1850, pasta setembro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”*, Fundação pró-memória, Ouro Preto

¹⁰⁶ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1844, pasta agosto. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”*, Fundação pró-memória, Ouro Preto

Pois ele é homem honesto e probo excelente pae de família, e possui necessária aptidão para bem desempenhar os diversos que, são importantes a este emprego. Nós como parentes e particulares amigos d'elle muito então nos interessa que elle seja bem succedido em sua pretensão, pois é muito digno do lugar que pretende, e certo que V.Ex^a muito pode ajuda-lo co sua proteção e merecida influencia que goza para com o governo, vamos por esta rogar-lhe seu valimento em prol do nosso recomunicado esperando que V.Ex^a empregará todos os seus esforços em beneficio. Juro que seremos a V. Ex^a eternamente gratos. Amigos e correligionários. José Joaquim da Lima / Antonio José Rodrigues Barbosa ¹⁰⁷

Um aspecto interessante revelado na correspondência recebida pelo Barão de Camargos é a participação das mulheres. Elas desempenhavam um importante – embora não reconhecido – papel na política, como também o faziam no esforço familiar de acumular outras propriedades e economias. Trabalhando para o marido como uma “secretária interna” notificava-o, em caso de ausência, sobre alguns problemas que o local estava enfrentando e também lhe escrevia sobre as novidades locais, como pudemos observar nas cartas escritas ao Barão, particularmente, pela sua esposa Maria Leonor. Por meio de uma escrita sutil e discreta, a esposa do Barão comunicava não só sobre os afazeres domésticos, sobre os filhos, sobre as peças teatrais, familiares adoecidos e falecidos como também sobre a situação financeira de alguns fazendeiros, comerciantes, dívidas cobradas e a cobrar, pretensões públicas de alguns homens, contentamentos e descontentamentos políticos da sociedade.

Era por meio destas mulheres que se vinculavam os parentes, por afinidade, referidos em tantas recomendações, assim como, por vezes, elas favoravelmente escreviam os pedidos. A própria filha do barão escreve ao pai

¹⁰⁷ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1841, pasta Julho.Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória, Ouro Preto

fazendo algumas recomendações e, depois, o noticia a respeito da situação atual do então empregado: “[...] creio que o Chico faz muito melhor negocio com o emprego da assemblea o senhor faria muito bem de recomendar ele [...]”¹⁰⁸, “[...] O emprego da assemblea faz o Chico muito satisfeito...”¹⁰⁹.

Depois da família vinha a clientela. Na maioria das vezes, a palavra "amigo" significava protetor ou cliente. O protetor era o amigo do cliente ou vice-versa. Segundo um dito popular da época: “Quem de todos é amigo ou é muito pobre ou muito rico”. Portanto, tratava-se de uma amizade assimétrica. Usava-se a palavra amigo neste sentido sem constrangimento. Até mesmo no caso de se tratar da própria família a palavra “amigo” também era bem vinda: “Meu mano e amigo [...]”, “Seu mano e amigo obrigado”¹¹⁰. Mesmo quando usada entre pessoas aparentemente iguais, ela comumente implicava troca de favores, e não necessariamente intimidade ou profundos sentimentos compartilhados. Em outro caso, um missivista descreveu a relação de forma negativa: “[...] Não tenho relações de amizade com ele, nem ele nada me pediu”¹¹¹. Um aspirante a político viu claramente que: “[...] nenhum moço [...] na

¹⁰⁸ Carta recebida por Barão de Camargos enviada por sua filha Maria Leonor. Caixa 1853, pasta setembro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

¹⁰⁹ Carta recebida por Barão de Camargos enviada por sua filha Maria Leonor. Caixa 1843, pasta novembro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

¹¹⁰ Carta recebida por Barão de Camargos enviada pelo seu irmão João Baptista Teixeira de Souza. Caixa 1850, pasta Janeiro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

¹¹¹ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1842, pasta fevereiro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

vida política se avantajara desde que não tiver para sustenta-lo um amigo que ocupe no país uma posição tão elevada como a que v^{cia} felizmente ocupa”¹¹².

Nas relações entre os três elos do clientelismo - ou seja, os que desejavam cargos, os que escreviam as cartas e os que recebiam - a palavra "amigo" ocupava um lugar de evidência e podemos dizer que era o artifício mais usado nas correspondências do Barão. Os amigos ofereciam uma ferramenta a mais, com a qual uma pessoa alcançava recursos, mas como os amigos não eram literalmente ligados através da propriedade, o laço com eles era mais tênue e efêmero do que com os membros da família:

Há dias escrevi a V.Ex^a mais alguns amigos pedindo o seu valiosíssimo apoio a favor de nosso amigo e correligionário o Senhor Joaquim Alves da costa Júnior, afim de que seja nomeado escrivão de Orphãos da Villa de Batatais, porem lembrei-me de me dirigir particularmente pedindo ainda, e com mais instância, a sua valiosa coadjunção à favor daquele meu recomendado¹¹³.

Na base do empreendimento, como um todo, encontravam-se os pressupostos coletivamente aceitos, cujos cimentos eram a família e a clientela. Devido à carga emocional implícita na carta, mesmo nas menos complexas, é instrutivo deter-se nas características do pretendente ao cargo que o missivista considerava potentes e eficazes:

Passo a importunar a V.Ex^a pedindo sua mui valiosa proteção a fim de que seja nomeado Promotor Público desta comarca o Dr Saturnino Amâncio da Silveira em quem reuni todos os requisitos para ocupar ao mesmo emprego, pois é um

¹¹² Carta recebida por Barão de Camargos enviada por João Chysostomo. Caixa 1841, pasta Janeiro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

¹¹³ Carta recebida por Barão de Camargos enviada por Cassiano José Lemos. Caixa 1843, pasta fevereiro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

bacharel de pergaminho, inteligente e de costumes exemplares [...].Contamos com mais este pedido que faço a V.Ex^a ¹¹⁴.

A medida de um homem não era dada por uma qualidade, mas por muitas, as quais sempre eram necessárias sobressaltar nos pedidos feitos ao Barão.

Quando homens que eram ao mesmo tempo protetores e clientes escreviam fazendo pedidos, eles preparavam de forma incerta seu caminho para um lugar melhor na escala social. Ao formar sua própria clientela, os protetores preferiam enfatizar não apenas os laços de família e de amizade, mas também a posição social do pretendente ao cargo e sua lealdade política, juntamente com o mérito. A reiteração dessas qualidades, no período imperial, reflete as incertezas e inseguranças daqueles que escreviam as cartas e da sociedade como um todo. Os missivistas também pesavam com cuidado as relações que convinham ser mencionadas nos pedidos. Essas diferiam acentuadamente, conforme se referissem às ligações que o autor reivindicava para o destinatário da carta, ou às que ele mantinha com o pretendente ao cargo: no total, quem fazia os pedidos acreditava que as ligações de família e as relações entre amigos eram os mais importantes elementos da prática política.

As correspondências eram, no período Imperial, grandes fontes de dados a respeito dos acontecimentos que permeavam a sociedade. Não só informações pessoais, familiares, afetivas como também fontes de informações preciosas a respeito da política e da economia. Transitar pelas províncias a fim de angariar essas informações, além de demorado, era bastante dispendioso. O recurso que

¹¹⁴ Carta enviada por João Candido Mello. Caixa 1871, pasta Janeiro . *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória, Ouro Preto*

atingia grande parte da população era o uso das correspondências, mesmo sendo poucos aqueles que podiam ler e escrever. Existiam pessoas que exerciam o ofício de escriba, cobrando para ler e escrever em nome de outros. Assim as informações percorriam até o destino e deste a outro.

3.2. O Trajeto das Correspondências: Os Correios em Minas Gerais.

As tramitações políticas, a troca de favores, a lealdade eleitoral, cargos públicos, tudo se interligava à medida que as correspondências eram entregues. Para tanto, era de extrema necessidade o uso competente desse sistema que recolhia e entregava as cartas - denominado *Correios*.

A idéia de abordar o funcionamento dos correios em Minas Gerais vem da necessidade de se perceber os fluxos de informações e outras trocas entre as cidades. Tais fluxos estariam refletidos nas comunicações interurbanas, na medida em que duas cidades que se relacionam economicamente também são forçadas a outras formas de comunicação.

As correspondências oficiais, antes do advento dos correios, eram levadas por algum tipo de funcionário público, enquanto que, as correspondências da sociedade civil, por comerciantes, tropeiros ou viajantes. Mario Barata acha legítimo fixar a data de 1663 como o marco inicial dos serviços postais no Brasil. Nessa data, são sugeridos os auxiliares encarregados de fazer o “Correio do Mar

no Brasil” com o fim de estabelecer uma ligação continua de informações entre a Metrópole e a Colônia, do qual fora previsto em 1657¹¹⁵.

Em 1666, cria-se o “Correio-Mor de Terra do Brasil”. Na segunda metade do século XVII e no século XVIII, é possível perceber uma separação bem evidente entre os correios que seguiam por terra e o Correio marítimo (Bahia). Com a inexistência de serviços postais por terra da Bahia com outras capitanias, os Correios de Minas somente surgiram com o desenvolvimento dos correios do Rio de Janeiro. Embora tenha surgido nesta capitania o correio por mar em 1663, o serviço por terra também demorou a se estabelecer.

E assim durante o século XVIII não há indícios da existência de um serviço de Correios efetivamente funcionando em Minas Gerais. No documento que segue, o governador da Capitania, D. Rodrigo José de Menezes, colocava a criação dos Correios como um dos meios pelos quais se daria o desenvolvimento econômico e social da região, além de servir como manancial para aumentar as receitas públicas. Diz o governador no referido documento de 1780:

[...] seria estabelecer tanto no centro da capitania, como para todas as que circundão, hum Correio regular [...] Este estabelecimento, que logo à primeira vista deixa perceber a utilidade que dele resultaria à Fazenda Real, he tão necessário, que muitas vezes sucede perderem-se negócios importantes por não haver quem leve huma carta, ou são obrigados os interessados neles a sacrificar-se à considerável despeza de hum expresso, que vai com vagar, e risco de ser atacado por malévolos, a quem convenha a demora perda total do negócio.

116

¹¹⁵ Apud. RODARTE, Mario Marco Sampaio. O caso das Minas que não se esgotaram: A pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana das Minas Gerais oitocentista. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1999 (Dissertação de Mestrado em economia), Universidade Federal de Minas Gerais p.23

¹¹⁶ Ibidem, p.23

A consolidação dos serviços postais em 1798 na Província de Minas fez surgir agências nas mais importantes cidades mineiras. “As primeiras rotas foram traçadas entre estas cidades e, destas, com outras províncias, e principalmente com a Corte, no Rio de Janeiro”.¹¹⁷ Também definiram-se os dias de viagem, o número de condutores de cartas dentre outras obrigatoriedades.

Ter uma agência era uma regalia que muitas localidades reclamavam para si. A criação de uma agência favorecendo um povoado, muitas vezes, se dava em detrimento de outro.

¹¹⁷ RODARTE, Mario Marco Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: A pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana das Minas Gerais oitocentista*. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1999 (Dissertação de Mestrado em economia), Universidade Federal de Minas Gerais p.24



Mapa 1 – Trajetos e números de condutores dos correios em Minas Gerais (1830)

Para Rodarte, não se pode precisar os critérios utilizados pelo Presidente da Província para arbitrar o estabelecimento de uma nova Agência dos Correios. No entanto, ao se tomar dois pontos no tempo, a década de 1830 e a de 1870, observa-se que as agências estavam localizadas, com raras exceções, em sedes de Municípios e centros administrativos que geralmente se destacavam economicamente apresentando desenvolvimento na economia local.

Percebe-se, ao longo do século, um crescimento persistente do número de agências. “Em 1830, eram 18 o número de agências espalhadas em todo o território mineiro. Este número aumentou para 52 em 1859, e para 123, em 1870, sugerindo uma maior amplitude espacial da instituição à medida em que se avança no tempo”.¹¹⁸ A evidente expansão dos correios advém principalmente do desenvolvimento econômico de cada localidade, mas as agências também eram instaladas sob as alegações de aumento populacional, de intensificação do comércio ou mesmo porque havia atrasos sistemáticos na entrega de documentos oficiais.

A construção e a manutenção dessa estrutura de comunicação geraram um fluxo ininterrupto de cartas dos principais núcleos urbanos, que partia geralmente das agências recém-instaladas, ou mesmo das câmaras municipais e de outras entidades locais dirigidas ao Presidente de Província: tal correspondência abordava assuntos diversos, tais como pedidos de mais recursos, sugestões de alterações de rota, e reclamações quanto a atrasos.

Por meio desse sistema de comunicações interurbanas e locais é que o clientelismo tomava força:

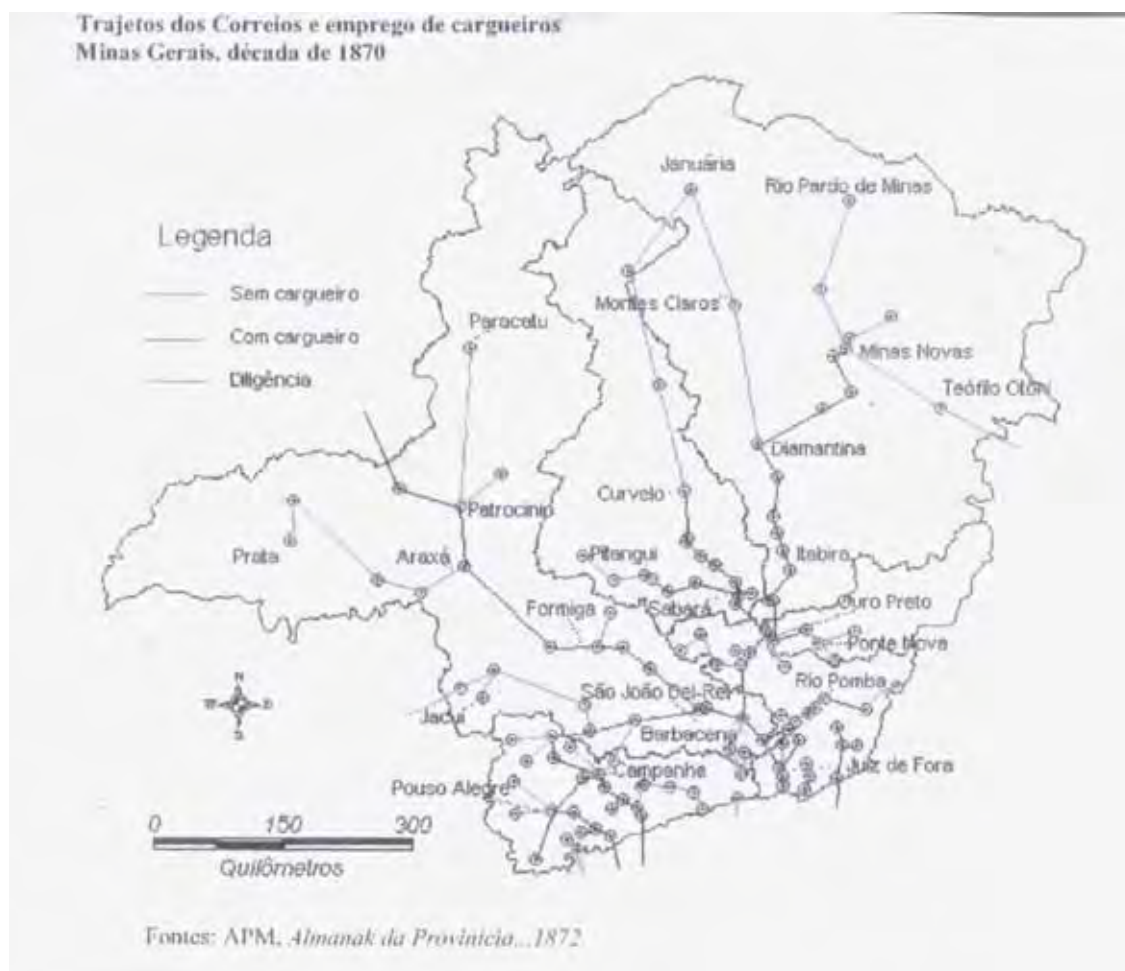
Havia uma ligação íntima entre a tendenciosidade espacial na circulação e disponibilidade interurbana de informações especializadas. Em resumo, o conhecimento espacialmente tendencioso alimentava um intercâmbio de informações comerciais, sociais, econômicas e principalmente política.¹¹⁹

¹¹⁸ Ibidem, p. 25

¹¹⁹ Ibidem, p. 28



Mapa 2 – Comunicações Postais da Província de Minas Gerais (1867)



Mapa 3 – Trajetos dos correios e empregos de cargueiros em Minas Gerais (1870)

Ao se observar os mapas dos trajetos, principalmente o da primeira metade do século, é possível vislumbrar que as correspondências tinham um sentido geral. Os serviços postais foram criados para atender justamente à carência de uma comunicação regular e institucionalizada da Capital do Império com Minas Gerais, e principalmente, com o seu maior centro político, Ouro Preto. Os trajetos dos Correios não cumpriam a tarefa de comunicar as várias regiões de Minas entre si, mas sim de comunicar cada lugar dessa Província com a Corte, perpassando por Ouro Preto. Assim, os caminhos trilhados pelos condutores de cartas, na porção meridional do território mineiro, tinham

predominantemente o sentido leste – oeste. Já na sua porção central e setentrional, o Correio caminhava mais no sentido norte – sul, sem muitas comunicações entre suas ramificações. Organizado dessa forma, pode-se observar também, nos mapas, que os Correios ofereciam (e refletiam) baixa integração das localidades ao norte da Província, *vis a vis* ao sul. Ou seja, os Correios favoreciam a comunicação sul – sul e norte – sul, mas não norte – norte, do tipo Paracatu – Januária, por exemplo.

Na segunda metade do século, foram sendo criadas ramificações sobre os percursos mais antigos, que intensificaram a circulação de informações dentro da província mineira. No entanto, estas alterações não resultaram em mudança radical na conformação das linhas de 1830, que acabaram por ser preservadas. Poder-se-ia dizer até que as modificações identificadas na segunda metade do século reforçaram as principais características já apontadas no início dos Oitocentos, no sentido de que os fluxos sul – sul e sul – norte continuassem sendo mais favorecidos, mas o norte permanecia desarticulado quanto à circulação de correspondências. Isso é ressaltado, sobretudo, no Mapa 2.

O delineamento das linhas de Correio, em meados da década de 1830, tem alguns aspectos dignos de nota. Primeiramente vê-se que os Correios estabeleciam poucos elos de comunicação com outras províncias¹²⁰. Dentre eles, a linha que seguia da Capital da Província para a Corte tinha maior destaque, pois unia dois centros políticos e econômicos importantes. O horário e a data de chegada das correspondências vindas da Corte determinavam o funcionamento do restante dos correios das demais localidades de Minas, portanto a linha Rio de

¹²⁰ Ibidem, p.29

Janeiro - Ouro Preto possuía o maior número de viagens mensais. Estes elementos, enfim, sugerem que nestas linhas situava-se o centro nevrálgico das comunicações de Minas Gerais.

Da análise comparada entre a consolidação das agências dos Correios em Minas e o alcance das correspondências recebidas pelo Barão percebe-se a ramificação de seu prestígio e sua influência clientelista por toda a Província.

Observando o Mapa 4, distinguimos os caminhos percorridos pelos Correios e delineamos os trajetos das correspondências que foram entregues ao Barão. Podemos perceber a amplitude da importância que este Barão exercia para com a sociedade, influenciando-a desde o Norte de Minas (Januária, Paracatu, Diamantina), passando pela região conhecida por Triângulo Mineiro (Araxá e Desemboque), abrangendo até o sul de Minas (Baependi) e principalmente se intensificando na Região central (Congonhas, Caetés, Mariana, Queluz, São João Del Rei), próxima à sua sede, Ouro Preto. Ressalta-se que a abertura das agências em determinados locais, abrangendo as regiões norte, sul, leste e oeste de Minas, promoveu a melhoria da circulação de informações a respeito da província de Minas por intermédio das correspondências, o que proporcionou ao Barão uma visão do panorama político e a disseminação de sua popularidade na sociedade mineira.

Sobreviveram apenas os pedidos feitos por escrito preservados pelo Arquivo do Museu da Inconfidência, nas dependências da “Casa do Pilar”, em Ouro Preto. Eles estão classificados na série Fundo Barão de Camargos, separados por pastas que determinam o ano e em alguns casos os meses, totalizando um montante de 2077 correspondências analisadas **dentro do período proposto**.

ANO	CARTAS ANALISADAS
1840	<i>85</i>
1841	<i>107</i>
1842	<i>356</i>
1843	<i>96</i>
1844	<i>95</i>
1845	<i>108</i>
1846	<i>99</i>
1847	<i>98</i>
1848	<i>106</i>
1849	<i>101</i>
1850	<i>243</i>
1851	<i>225</i>
1852	<i>175</i>
1853	<i>148</i>
TOTAL	2077

Tabela 1 - Correspondências recebidas por ano

Deste total de 2077 correspondências, cerca de 43,5% do total, ou seja 904 mencionam pedidos de favor de diversas características que foram escritos por 709 pessoas. Foram feitos 1048 pedidos¹²², ou seja, 1,5 por solicitante. Dos pedidos feitos, mais de 70%, ou seja, 734 foram em nome de terceiros e 314 para o próprio missivista. Apesar de estarmos lidando apenas com os pedidos documentados, estes somam uma média de 75 pedidos por ano encaminhados ao Barão de Camargos no período de 1840 a 1853. Um número, sem dúvida, significativo.

¹²² Em determinadas cartas há a ocorrência de mais de um pedido.

Outra informação de interesse é a origem geográfica dos “*que pedem*”. Os dados de origem geográfica são aproximados. Eles foram deduzidos do local de remessa da correspondência, que nem sempre coincide com a moradia dos autores da mesma.

O Barão recebia cartas majoritariamente de Minas Gerais. Cartas vindas do Rio de Janeiro também foram registradas com muita frequência, principalmente por se tratar da Corte sendo fonte essencial de informação política. A ocorrência de cartas da capital de Minas Gerais, Ouro Preto, era de se esperar, pois nela se concentrava toda burocracia provincial, além de ser a sede residencial do Barão de Camargos. (gráfico 2). As correspondências vindas de Itacambira na Bahia, Recife e da Praia Grande, em São Paulo, para o Barão, foram incluídas no item outros por representar apenas cinco correspondências no total. Por outro lado, o item "outros" abrange muitas cidades mineiras, próximas ou longínquas a Ouro Preto, porém de uma maneira menos incidente que as outras localidades que priorizamos descrever no gráfico. Neste item se incluem as seguintes localidades: Ao Sul de Minas - Pouso Alegre, Baependi, Campanha, Lavras e Pouso Alto; Ao Norte - Minas Novas, Januária, Curvelo, Serro e Diamantina; No Centro - Pomba, Jequeri, Ponte Nova, Itabira, Catas Altas, Pitangui, Sabará, São João Del Rei, Queluz, Sumidouro, Ubá, Piranga e Nepomuceno; Na região Oeste - Patrocínio e Formiga. Outras correspondências não designam a vila ou cidade, mas o nome da propriedade de onde foram escritas. Como os seguintes casos: Fazenda do Thesoureiro, Fazenda da Barra, Fazenda do Desemboque e Tamanduá.

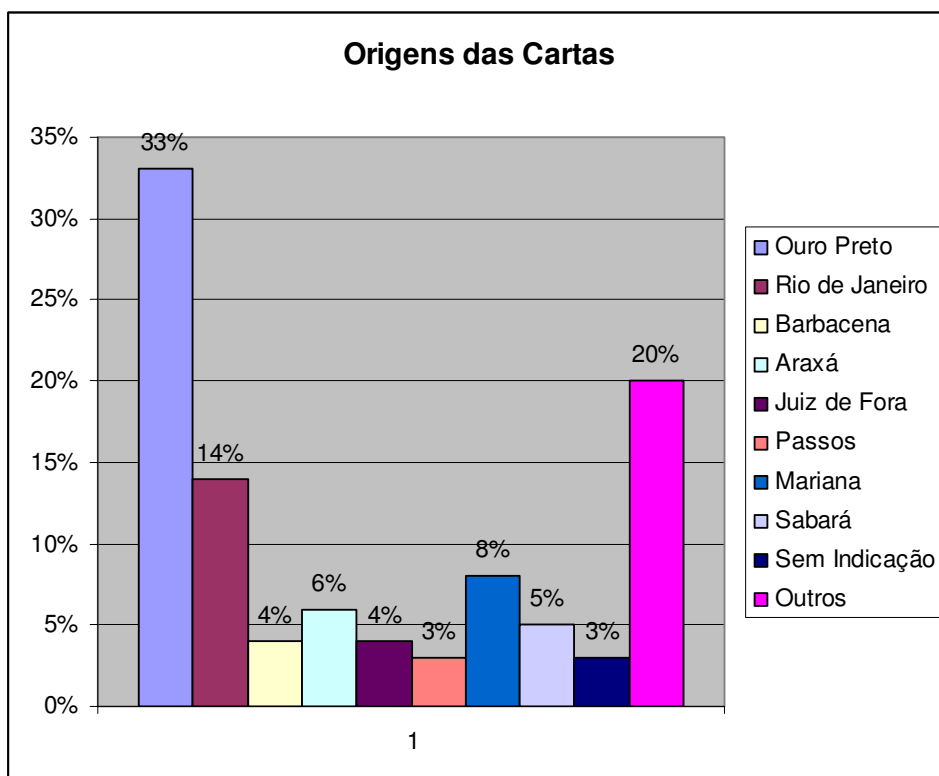


Gráfico 2 – Origens das Cartas¹²³

De acordo com o gráfico acima é possível perceber que 33% das correspondências recebidas pelo Barão de Camargos se originavam de Ouro Preto. Logo em seguida, com 14% , temos Rio de Janeiro e depois com 8%, Mariana. Cerca de 20% das cartas foram incluídas no item “outros”. Isso se fez necessário devido a pequena quantidade de cartas recebidas para algumas localidades, conforme já mencionado. Este item, “outros”, engloba um montante de 181 correspondências para vinte e cinco localidades do Estado de Minas Gerais, sendo estas geograficamente diversificadas, ocupando regiões como Sul, Norte, Sudeste e principalmente a região próxima a Ouro Preto, o centro de Minas.

¹²³ Fonte: Para todos os gráficos, a fonte é o *Arquivo do Museu da Inconfidência, Fundo Barão de Camargos*. Pastas 1840-1853. Ouro Preto, Minas Gerais.

Das mais diversas regiões mineiras o Barão de Camargos recebeu os mais variados pedidos, que pretendiam beneficiar o próprio missivista ou algum protegido seu. Do total de 1048 pedidos em favor de pessoas físicas, 30% enquadram-se no primeiro caso, o restante, 70%, no segundo. Pedidos em benefício de outros constituíam os famosos *empenhos*, condenados por todos, praticados por todos. A decisão de se dirigir diretamente ao Barão de Camargos, ou fazê-lo por intermédio de outro, dependia do discernimento de cada um. Quem se julgava com trunfos satisfatórios, fazia o pedido diretamente. Do contrário, amparava-se em alguém que os tivesse. O alto número de *empenhos* indica que o patronato era elemento importante no exercício do poder, sempre esperado pelos favorecidos, aceito pelos que o exerciam. Na análise dos pedidos e de suas justificativas não será feita distinção entre pedidos em benefício próprio e empenhos.

A grande maioria dos que faziam os pedidos solicitava um emprego no Estado ou a sua proteção, para si, para parentes, amigos ou protegidos. Uma minoria pedia auxílios, ajudas de custo, pecúlios, doações, empréstimos ou intermediação.

Júlio Antonio de Melo pede, em desespero, que admitam na Santa Casa de Misericórdia “uma mulher desvalida e alienada”¹²⁴.

Manoel Caetano Ribeiro deixa claro em sua carta a vontade de ser reintegrado ao seu cargo de escrivão, se for realmente instalado o pagador militar em Ouro Preto. Sua justificativa insiste na necessidade que ele tem passado. “[...]”

¹²⁴ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1841, pasta outubro. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória, Ouro Preto.*

Estou cada vez mais arruinado por ter de sustentar minha onerosa família [...]"

¹²⁵.

Outro pedido feito sem intermédio foi o de seu irmão, João Batista Teixeira de Sousa, que pede insistentemente ao Barão “que seja decido se ele deve ou não aceitar o emprego de contador”. O irmão do barão estava em dúvida, pois desejava ser inspetor e poderia chegar ao pretendido cargo caso fosse contador, mas o maior problema, ele explica “[...] um contador com idéias contrárias às do partido dominante nunca chegará a inspetor [...], por isso, aborrecido por tantas dúvidas, recorre ao Barão para resolver o impasse” ¹²⁶.

Antonio Augusto Santiago teve a audácia de pedir, logo em uma primeira carta, um empréstimo de cem mil réis e ainda, em outra carta alguns meses depois, a proteção contra a difamação “de sua pessoa”. ¹²⁷

Em muitas outras correspondências, foram feitos pedidos de empréstimos justificados por necessidades, dividas ou receio de difamação. No ano de 1843, como vimos no capítulo anterior, foram feitos muitos pedidos ao Barão, exatamente 30 cartas, nas quais os missivistas desejavam reaver o dinheiro com que haviam financiado a rebelião de 1842 a favor do governo de Minas Gerais. Esta situação apenas se resolveu após um comunicado do Barão de Bomfim, pois nos anos seguintes não encontramos mais nenhuma carta sobre este assunto.

Assim escreve parecendo estar mais aliviado:

¹²⁵ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1843, pasta maio. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹²⁶ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1850, pasta Janeiro. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

¹²⁷ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1842, pasta Janeiro. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

[...] Nosso compadre e amigo Jose Ferreira Carneiro está conduzindo certa quantia para esta capital afim de pagar as dívidas da rebelião essa quantia se repassará para o ministro da fazenda que saldará parte de nossos débitos [...] ¹²⁸

Mas os pedidos continuaram. Funcionários pediam *nomeações, promoções, gratificações, ajudas de custo, aumentos de vencimentos, licenças, dispensas, transferências e aposentadorias.*

Rodrigo Pereira Soares de Almeida pede ao barão que intervenha junto ao imperador para o recebimento sua aposentadoria: “[...] enviei o requerimento para o imperador que é a cópia idêntica da carta que enviei a V.M. Não recebi meu salário desde que aposentei e assumi o cargo de tesoureiro geral [...]”. ¹²⁹

Em outro caso, o pedido refere-se a uma nomeação:

[...] Permita-me incomoda-lo com apenas essa carta para favor ao meu amigo. A cadeira de primeiras letras encontra-se vaga na Villa de Curvello e precisa ser protegido meu amigo o senhor Thomas Rodrigues Duarte, e por isso peço a V.Ex^a para interpor com o governo afim de o dito ser nomeado como deseja e de cujo favor além do mais fico grato ¹³⁰.

Antonio Fonseca dos Reis Barros interfere a favor de seu “amigo”, Tenente Luis Antonio de Lana Brandão. Deseja a proteção do Barão para que o Tenente possa exercer algum cargo em Pouso Alegre, para tanto ele justifica: “[...] Ele é influente nesta freguesia, eu o tirei da oposição e trouxe para o nosso

¹²⁸ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1843, pasta novembro. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹²⁹ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1849, pasta maio. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹³⁰ Carta recebida por Barão de Camargos enviada por Manoel de Matos Pinho. Caixa 1841, pasta novembro. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

lado; ele está muito empenhado e preciso de suas recomendações para acreditarem nele.”¹³¹

Custodio D’Almeida Magalhães escreve:

Meu prezado amigo, meu sobrinho o S. Candido de Faria Lobatto pretende o lugar de juiz de Direito da comarca de Lambari, novamente creada [...] Labeador de grande influencia que V. E.^{cia} exerce nos negócios da província, quisera merecer lhe muito o especial favor não so de remeter cartas para seus amigos do ministério como para obter da Ex.^{ma} Prezidecia, favoráveis informações ao meu candidato[...]¹³².

Em outro caso, Venâncio Jose G. da Costa pede ao Barão que interfira a favor de Martiniano Indaleço Ribeiro. Ele alega que apesar de seu indicado ter conseguido o cargo ainda é necessário o aval do Barão de Camargos “[...] Ele é importante correligionário, deseja o emprego na administração da recebedoria da Mantiqueira, o emprego lhe foi oferecido, mas é preciso sua influencia para que se consuma [...]”.¹³³

A justificativa de que faziam parte do mesmo partido político, sendo correligionários, era sempre uma boa tentativa para que o seu pedido fosse atingido, afinal não se poderia desagradar estes “parceiros”, posto que faziam parte de seu séqüito eleitoral, e quando necessário era para estas pessoas que o Barão recorreria, principalmente em se tratando das eleições.

Em outros casos, o Barão de Camargos também foi procurado por párocos e vigários para resolver alguns problemas pessoais ou de suas igrejas. Manoel Teixeira de Souza, o Barão de Camargos, foi batizado na Matriz de Nossa

¹³¹ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1844, pasta março. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹³² Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1842, pasta novembro. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹³³ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1849, pasta novembro. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

Senhora do Pilar de Ouro Preto, tendo como padrinho um Vigário desta mesma matriz. Procedente de uma família tradicionalmente religiosa, o Barão durante grande parte de sua vida pertenceu a Irmandade de Nossa Senhora do Pilar, da mais rica igreja de Minas Gerais que era freqüentada majoritariamente pelas elites ouropretanas. Portanto era natural, devido ao seu envolvimento com a religião católica, que o Barão recebesse pedidos de alguns padres. Podemos dizer que nem os religiosos eclesiásticos estavam fora deste esquema clientelista, o apoio desta camada era de fundamental importância para a formação da credibilidade frente à “boa sociedade”, pois garantia a influência e prestígio, vitais para o político oitocentista. O essencial era de alguma forma garantir o interesse pessoal e oferecer o seu apoio.

Jose Felix Pereira pede urgentemente ao Barão que mande para Abre Campo¹³⁴ um Vigário saquarema sem haver eleição. Ele ressalva que “[...] Por ser controverso o tema, o juiz de paz daqui publicou edital de eleição para vigário. E não podemos correr o risco de colocar um Luzia no púlpito [...]”.

O Vigário da paróquia de Antonio Dias (Ouro Preto), Vig. João Ferreira de Carvalho, juntamente a um correligionário do Barão, Joaquim José de Oliveira, por meio de uma carta recorre ao auxílio que naquele momento era necessário.

[...] Peço proteção dentro da câmara dos deputados e particularmente a V.M. para que a matriz obtenha aquele, ou outro qualquer, auxílio pecuniário para arranca-la de tanta miséria[...]¹³⁵

¹³⁴ Abre Campo localiza-se na região sudeste de Minas há 210 km de Ouro Preto.

¹³⁵ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1847, pasta agosto. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

Num outro caso, Francisco Fulgencio Alves Pereira intercede junto ao barão por um problema pessoal do Vigário Joaquim da Circuncisão do Senhor, de Ouro Preto, para que ele seja definitivamente nomeado Vigário Geral de Minas Novas, sob a seguinte justificativa: “[...] Ele é sacerdote de todas as virtudes e já trabalha como substituto do Vigário Geral aqui de Ouro Preto [...]”

¹³⁶.

José M. da Silva Oliveira Filho, escreve da cidade de Oliveira, pedido que o Barão interceda a favor de seu amigo, o Vigário Hermógenes, que precisa de fundos para sua paróquia. “[...] Ele vai para Ouro Preto resolver algumas questões que irão ajudar no desenvolvimento de sua paróquia, precisa de valimento e proteção para que o almejado se alcance [...]” ¹³⁷.

Nas correspondências há informações relevantes que diziam respeito às transferências (Gráfico 3). Estas eram particularmente importantes para juízes de direito em busca de comarcas mais rentáveis.

Manoel, um dos filhos do barão, escreveu ao pai e pede para exercer o cargo de Juiz em uma comarca mais próxima. O solicitante alega que a vida em Araxá “parece transportada um século atrás” ¹³⁸.

Simão S. de Figueiredo pede ao Barão que consiga sua transferência para a Vila de Araxá e a nomeação de Joaquim Caetano para Juiz Municipal: “[...] O governo não achou para esta vila um juiz municipal formado, nem um juiz de

¹³⁶ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1845, pasta maio. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹³⁷ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1850, pasta março. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹³⁸ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1842, pasta janeiro. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

direito. O Senhor Joaquim é competente e já conhece os costumes dos cidadãos dessa vila [...]”¹³⁹.

Em outro caso, o missivista pede a transferência do escrivão de órfãos para outra Vila e indica um recomendado, a fim de alcançar seus interesses:

[...] Gostaria que transferisse o atual para qualquer outra e empregasse meu recomendado como escrevente da escrivania de órfãos desta comarca [...] Porque o escrevente de Quéluz não me serve de nada e este me prestará muitos serviços [...] ¹⁴⁰.

Funcionários e pretendentes aos empregos públicos estavam muito bem informados sobre as vagas atuais ou futuras, sabiam quando alguém seria aposentado, transferido, ou substituído. Manoel Alves teve interesse no cargo de professor de segundo grau na Vila de Formiga e para tanto escreveu ao Barão pedindo a dispensa do então professor, Antonio Moreira, porque este não era adequado para o cargo e justificou “[...] Antonio Moreira é Preto e maníaco e por isso seus filhos e outras crianças estão tendo aulas particulares [...]”¹⁴¹

Alguns pedidos sugeriam operações complicadas, combinando transferências e demissões para que no fim se abrisse a vaga pretendida. Exemplo disso é a carta de Timotheo Jose Cardoso Abranches em que pede:

[...] valhem-se de mim para pedir favores da V^{cia} o meo amigo Senhor Doutor Francisco de Paula Prestes Pimentel nosso correligionário e juiz municipal deste termo, deseja obter uma outra comarca das que seachão creadas, preferindo Ponte Nova,

¹³⁹ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1850, pasta fevereiro. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹⁴⁰ Carta recebida por Barão de Camargos enviada por Monteiro. Caixa 1847, pasta Janeiro. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

¹⁴¹ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1841, pasta abril. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

Lambari e Três Pontas, deixando a margem esta de Barbacena [...]¹⁴²

Conrado Gomes da Silva faz ao Barão um pedido bastante interessante que também sugere demissões. “[...] é necessário despedir o senhor Ignácio José da Cunha desta vila do Rio Pardo como escrivão e nomear nosso amigo Conrado Caldeira, o atual agente é da oposição, ele é um Luzia [...]”¹⁴³.

Felisberto Gomes Caldeira escreve de maneira bem direta pedido a nomeação de seu recomendado Joaquim Ribeiro de Souza:

[...] Há aqui neste termo um subdelegado de nome Gregório da Rocha Brandão [...] rogo a demissão deste e a nomeação do senhor abaixo nomeado, Joaquim Caldeira [...] Primeiramente, o subdelegado não está do nosso lado; segundo: ele pegou a beber agoa ardente e fazer despropósitos que bastante nos tem envergonhado de o ter nomeado. Esse meu indicado é homem não só governista como também muito capaz e um de nossos eleitores [...]¹⁴⁴

Essas tramitações políticas mostram que grande parte da sociedade estava ciente da disponibilidade ou da indisponibilidade dos cargos públicos, das posições políticas adotadas pelos seus ocupantes e também da sua influencia sobre as atitudes do Barão, conforme outra carta: “O cargo de primeiro oficial de Ouro Preto se encontra vago. Peço sua proteção para Candido Teodoro de Oliveira. Ainda dependo da sua indicação porque tenho quatro opositores com bons padrinhos.”¹⁴⁵

¹⁴² Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1843, pasta novembro. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹⁴³ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1850, pasta agosto. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹⁴⁴ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1852, pasta julho. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹⁴⁵ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1850, pasta junho. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

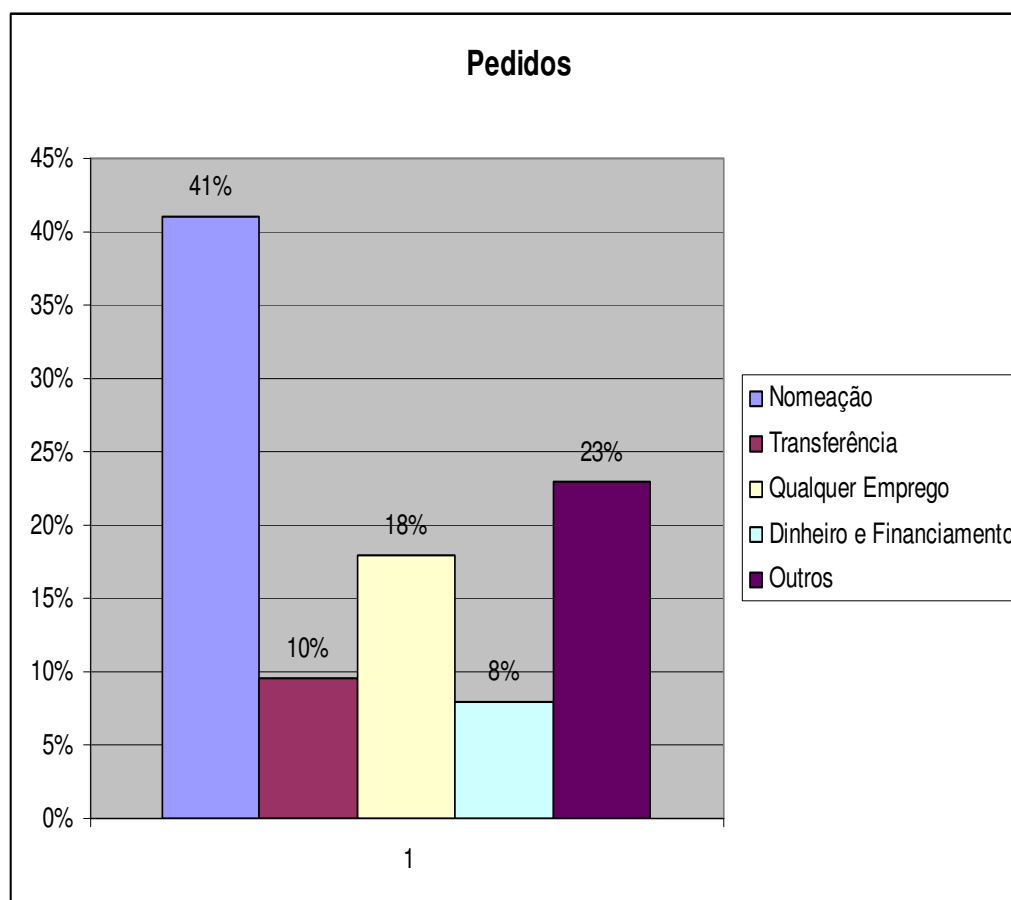


Gráfico 3 – Pedidos

O gráfico 3 nos apresenta a natureza dos pedidos feitos ao Barão de Camargos. Com o maior índice de porcentagem, temos os pedidos de nomeação, somando 41%. Estas nomeações seguiam as mais diferentes áreas do serviço público: Juízes, escrivãos, secretários, promotores, delegados, todos esses cargos eram muito solicitados. Em seguida, com 18% encontram-se os pedidos referentes a qualquer emprego. Nestes casos o missivista não aponta a sua predileção, apenas pede ao Barão que o consiga qualquer cargo disponível. As transferências aparecem com 10% e favores como empréstimos e dinheiro com 8%.

O item que nomeamos por “outros” envolve pedidos como demissões, favores familiares, agradecimentos, compras de alimentos e tecidos, garantias, fiadores e clientes, de indicação e proteção, com referência quantitativamente pequena, não cabendo uma categoria específica. Segue abaixo alguns casos:

Bento Pereira de Souza Vianna remete uma carta pedindo proteção ao Barão e aos seus amigos para que não venha a ser mais perseguido, então escreve:

[...] Sei que o Ilustríssimo e excelentíssimo senhor tem amigos Itabira do Mato Dentro e preciso ser recomendado a eles, estou sendo perseguido por ser tutor da mãe de minha sogra que é uma senhora muito rica [...]¹⁴⁶

Nota-se o "favor negativo", em alguns casos como o solicitado por Joaquim Silvério Pereira Cardoso, para que fosse aprovada sua demissão do cargo de promotor público da comarca do Paranahyba, para o qual fora nomeado no ano de 1841¹⁴⁷.

Joaquim Vaz da Silva pede seu desligamento do corpo fixo Guarda Nacional de Goiás. Ele escreve ao Barão: “[...] O Senhor me disse para eu fazer o pedido por escrito quando estávamos na casa de Manoel José de Lima. Preciso de um serviço moderado, pois já tenho mais de vinte e cinco anos de farda [...]”¹⁴⁸.

Felisberto Ferreira Bering escreve e pede a demissão de Carlos Antonio Candido que era delegado de policia em Diamantina: “[...] A demissão tem sido

¹⁴⁶ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1850, pasta agosto. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹⁴⁷ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1851, pasta março. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto.

¹⁴⁸ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1852, pasta maio. *Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

negada e será inútil continuar tentando pelos meios regulares [...] Atenda um dos poucos esforços que tenho feito pelo partido [...]”¹⁴⁹.

Nos chamou a atenção uma carta enviada ao Barão por Manoel Duarte de Azevedo, na qual escreve:

Recebi a carta de V.Ex recomendando-me o B^{el} Antonio Cassimiro da Motta Pacheco, pretendente ao lugar de Juiz substituto, ou a outro lugar que seja creado nessa capital. Asseguro a V.Ex^a que hei de atender convenientemente do seu recomendado.¹⁵⁰

O Barão de Camargos não apenas ocupava o lugar de *protetor*, mas de *cliente* também. Em outra carta, Francisco Felisberto Ribeiro, de Congonhas de Sabará, pede a favor do Comendador Joaquim José de Meireles Freire para apressar o deferimento de seu pedido que anteriormente fora feito pelo seu cunhado ao governo imperial, não obtendo resposta roga-lhe mais este favor. E ainda adverte o Barão de Camargos:

[...] Ele nunca vê sua graça entre os despachos. Ele está em posição brilhante é comendador de duas ordens. Não escreveu antes porque o barão de Sabará disse para não o fazer e não entendeu essa exigência.¹⁵¹

Essa justificativa aparece em um tom bastante provocativo, colocando em questão o poder que cada Barão exercia na política (Barão de Camargos e Barão de Sabará). Porque só neste momento este pedido foi remetido ao Barão de Camargos? Porque respeitar a ordem do Barão de Sabará mesmo sem ter entendido a exigência? Neste caso podemos pensar como se tece o clientelismo, a formação de suas redes, onde nem sempre o patrão é o patrão, podendo se tornar

¹⁴⁹ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1853, pasta maio.Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

¹⁵⁰ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1843, pasta novembro.Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

¹⁵¹ Carta recebida por Barão de Camargos . Caixa 1850, pasta fevereiro.Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória*, Ouro Preto

menos influente e em outras ocasiões o próprio cliente. Neste mesmo caso ainda podemos nos aventurar numa outra hipótese: ser apenas uma justificativa, verdadeira ou não, mas que surtiria um efeito de aceleração para seu pedido.

É justamente o que a correspondência revela de mais importante, suas justificativas, não os pedidos propriamente. São elas que nos fornecem as ferramentas para desvendar a *razão clientelista*, isto é, os valores sociais e a visão de governo que sustentavam moralmente os pedidos. Da parte de quem pede, predomina o motivo da amizade, incluindo-se aí as relações de parentesco e *coleguismo*:

[...] Tendo-se de fazer as nomeações dos tabeliões do 1º e do 2º ofício da Villa do Pará, ninguém é mais digno que nosso amigo e distinto correligionário político o senhor Antonio Julio de Teixeira de Faria. V.Exª há de ter tido pedidos insistentes para aquela Villa. Mas conto assim mesmo com sua digníssima proteção para com o meu recomendado o senhor Antonio Julio para ter sua nomeação [...] ¹⁵².

Da parte do recomendado - que pode, ou não, ser o mesmo que pede - há duas razões principais: a) a necessidade financeira, pessoal ou familiar; b) a competência, aí incluídas a habilidade, a experiência e a antigüidade no trato do ofício:

[...] Achando-se vaga o Offício de Escrivão de Órfãos deste termo peço a valiosíssima e honrada proteção para o meu amigo João Rosa Correa, justo e bom pae de família para ocupar tal ofício. Exponho minhas razões e espero toda atenção de V.Exª para que meu recomendado seja nomeado neste emprego. ¹⁵³

152 Carta recebida por Barão de Camargos enviada por Antonio de Teixeira. Caixa 1843, pasta novembro.Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória, Ouro Preto

153 Carta recebida por Barão de Camargos enviada por Delphino dos Reis Câmara . Caixa 1841, pasta novembro.Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória,, Ouro Preto

Necessidades pessoais ou familiares também eram freqüentemente mencionadas nas justificativas, às vezes em tom dramático, conforme a carta escrita por Augusto Pereira Rocha:

Cumpre-me o dever em primeiro lugar de me manifestar a V.Ex^a o muito praser que me tem inspirado a sublime noticia que me tem chegado do triumpho universal que tivemos na sua incansada luta em que a pouco nos empenhávamos; dando a V.Ex^a os parabéns pelo espírito feliz e honroso, que se dignava acolher como prêmio dos esforços e fadigas que desvendadamente prodigalizou ao partido concervador, na qualidade de seu digníssimo chefe.[...] permite-me a continuação desta e dar-te uma noticia espantosa a cerca de minha pretensão, não porque eu desconfie do descuido de V.Ex^a, longe de mim tal idéia; pois que reconheci em V.Ex^a um caráter revelador de um espírito de caridade, e de um coração bem formado: porém V.Ex^a na qualidade de um bom pai de família, sabe muito bem avaliar o peso que nos espremi, quando a sorte adversária nos impele e por isso me desculpará; pois que vejo-me sem meios de vida e carregado de numerosa família, estando hoje com três doentes em casa, e eu mesmo passando bem incomodado, razão esta que porque não possa ir pessoalmente a essa Capital. Então pesso a V.Ex^a para ter a bondade de se esforçar a ver se detenho o officio de escrivão de orphãos de Santa Bárbara como pedi a V.Ex^a; porque tenho muita vontade de ir para esse lugar, e lá se podendo ir com jeito introduzindo as algumas de nossas doutrinas, na qualidade de uma frágil escora sustentar as idéias governistas: porém se por ventura não puder ser-me dado esse officio, V.Ex^a não se esqueça de mim com outro qualquer emprego mesmo sendo nesta Capital¹⁵⁴.

Outro solicitante, que deseja o Barão como protetor, é Manoel Jose de Araújo. Pai de família e sem recursos estava desanimado. Queria emprego para servir à província e à família¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1841, pasta novembro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da "Casa do Pilar"*, Fundação pró-memória, Ouro Preto

¹⁵⁵ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1842, pasta setembro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da "Casa do Pilar"*, Fundação pró-memória, Ouro Preto.

Há outros casos semelhantes, cujas justificativas podem variar de acordo com cada correspondência. “[...] O emprego de oficial da secretaria não oferece alguma segurança preciso me prover para o futuro e para tal ter um emprego que me dê um meio de vida que garanta minha subsistência [...]”¹⁵⁶

Outro pediu um empréstimo de 600\$000 seiscentos mil réis e justificou dizendo que estava muito necessitado chegando até mesmo a passar fome. “[...] rogo-lhe sua proteção para que consiga a secretaria de órfãos e melhore meu ordenado [...]”¹⁵⁷

<i>Justificativas dos pedidos</i>	<i>Correspondências</i>	<i>Porcentagens</i>
Amizade	578	55
Competência	222	21
Necessidade	185	18
Outros	63	6
Total	1048	100 %

Fontes: Arquivo Museu da Inconfidência, Fundo Barão de Camargos, pastas 1840-1853.

Tabelas 2 - Justificativas dos pedidos nas correspondências recebidas

Motivos como, amizade, família, necessidade pessoal, necessidade familiar, combinadas formavam o principal núcleo de justificativas para os pedidos de favor. Muitos pedintes estavam absolutamente convictos de que estas justificativas eram suficientes. A convicção baseava-se em dois elementos. Um

¹⁵⁶ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1850, pasta agosto. Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória, Ouro Preto

¹⁵⁷ Carta recebida por Barão de Camargos. Caixa 1848, pasta novembro. Arquivo Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória, Ouro Preto

era a certeza da obrigação moral que cada um tinha de proteger a família e os amigos; o outro a noção de que era legítimo usar recursos públicos para fins particulares. Mas a referência à competência, isolada ou em combinação com outras justificativas, indica alguma noção de separação entre o público e o privado. No mínimo aponta que, para alguns, já não bastava alegar motivos pessoais.

A linguagem do tratamento e da despedida usada na correspondência não tem merecido a atenção dos estudiosos, talvez por parecer mera formalidade, parte da etiqueta que se aprendia na escola ou nos manuais disponíveis nas livrarias. A impressão é enganosa.¹⁵⁸

Sem dúvida, havia formalidade. "Sr.", "Exmo. Sr.", "Ilmo. e Exmo. Sr.", "Dr." são fórmulas tradicionais de tratamento, que significam apenas isto, fórmulas. Mas um exame, mesmo que rápido, das correspondências revela grande variedade de formas de tratamentos, algumas dezenas delas até mesmo cruzando entre si. O mesmo pode ser dito das despedidas. Havia as tradicionais: *atento, obrigado, admirador, venerador, criado*, entre outras. Elas também não são ingênuas. Quem se despede, como “servo” ou “criado”, revela, talvez inconscientemente, postura distinta de quem o faz como “admirador”. E pode-se perguntar ainda por que alguém se definiria como “criado” ou “servo”? Também, encontra-se, conforme mencionamos, grande variedade de formas de tratamento nas cartas: *amigo, colega, correligionário, concidadão, saúde e fraternidade, teu do coração*, etc... .

¹⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e razão clientelista*. Dados: Revista de Ciências Sociais, v 43, n.1, p.83-117, 2000.

Pode-se explorar o significado do tratamento e da despedida em duas dimensões. A primeira é a que se refere à intenção do missivista, à mensagem que queria mandar ao Barão. O tratamento pode sugerir formalidade, respeito, admiração, intimidade e amizade. Tal dispositivo classifica o Barão e o coloca em um tipo de relação que favoreceria o atendimento do pedido feito. A despedida, por sua vez, auto-classifica o autor da carta, complementando a relação que deseja estabelecer, o constrangimento que deseja criar. A relação pode ser de amizade, coleguismo, parentesco, de líder-liderado, chefe-subordinado, benfeitor-beneficiado, superior-inferior etc.

A segunda dimensão só pode ser detectada por quem a posteriori avalia a correspondência e não imediatamente pelo missivista. O tratamento e a despedida podem ser considerados como identificadores das relações que se sedimentaram baseados nos princípios sociais, nos valores morais e nas percepções políticas.

É possível observar, em grande parte das correspondências recebidas pelo Barão de Camargos, a incidência constante dessas formas de tratamento, tanto na apresentação das cartas como na despedida:

Pelo que muito obrigará a quem é com muita estima e consideração. Pesadíssimo Amigo e Senador; A V.Ex^a amiga muito muito obrigado; Afetuoso amigo e respeitador; Com a maior estima e distinta consideração prezo a assinar amigo e criado; Amigo afetuoso obrigado e criado; Respeitador Criado Amigo obrigado ¹⁵⁹.

¹⁵⁹ Cartas recebidas por Barão de Camargos. Caixa 1842. Arquivo Fundo Barão de Camargos, *Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória, Ouro Preto.*

A correspondência revela a convicção de quase todos, patronos e clientes, de que havia obrigação moral de ajudar parentes e amigos e de que era fidedigno gastar o dinheiro público para promover essa ajuda. A obrigação transferia-se para o governo, a separação entre o público e o privado apenas começava a delinear-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das correspondências do Barão de Camargos nos deixa claros alguns pontos no que diz respeito à política exercida em Minas Gerais oitocentista (1840-1853).

No século XIX, as elites do Brasil adotaram uma política clientelista, ou seja, estabeleceram uma rede de favores que visava garantir o monopólio do poder e buscaram sempre o entendimento através de acordos e transações.

O mecanismo político empregado pelo clientelismo corroborava para a manutenção do poder de maneira mais eficiente do que o próprio controle direto das urnas e dos eleitores, pois se baseava na concessão de cargos públicos para premiar e recompensar o apoio eleitoral recebido. Quem exercesse autoridade literalmente a possuía e podia genuinamente concedê-la, total ou parcialmente, a outrem. O cargo público era um recurso disponível como qualquer outro. Podia pertencer a alguém, ser concedido ou retirado.

Assim, o estado Imperial utilizou uma prática muito radicada na vida política do Brasil: o aliciamento para obter lealdade. As concessões de cargos e títulos eram práticas corriqueiras e a lealdade política dependia, sobretudo do uso destas “práticas”.

O clientelismo mineiro era alimentado por essa rede composta pelas correspondências do Barão de Camargos, que forjava os vínculos essenciais. Os líderes locais precisavam de nomeações para cargos de autoridade, a fim de

estender sua clientela e avançar na escala de poder e *status*. Ao mesmo tempo, o governo dependia da influência desses homens, mesmo na mais remota vila dos sertões, para reforçar o poder central. De modo semelhante, os chefes de polícia e presidentes provinciais, de olho no Gabinete, certificavam-se de manter contatos estreitos com os notáveis locais. O Gabinete ponderava cuidadosamente as vantagens de fazer nomeações e ordenar promoções, transferir alguns, afastar outros, sempre atento aos interesses das elites. Preencher os cargos com os clientes, amigos e parentes deles constituía a essência mesma da política nacional.

Podemos perceber o alto valor das informações contidas nestas correspondências para a sociedade mineira, pois elas poderiam traçar o destino de grande parte da população e assim também decidir sobre o futuro e a ascensão política de muitos candidatos. A rede clientelar era de extrema necessidade para o bom funcionamento da ordem no Império do Brasil. Tanto para a elite quando para as camadas menos abastadas, o clientelismo era de grande valia. Neste sistema o patrão podia se tornar cliente em alguns momentos, o cliente poderia se tornar o patrão, tudo iria depender das pretensões de ambas as partes.

A relação posta em prática por meio das correspondências do Barão de Camargos mostra, sobretudo, a profunda dependência social e política arraigada pelo uso do clientelismo político em Minas Gerais. Esta relação pode ser vista como uma troca entre partes desiguais, sociedade e políticos, envolvendo bens públicos. A troca desigual no campo político era uma extensão de trocas desiguais no campo social.

Como vimos, o clientelismo político sustentava esta sociedade hierárquica composta de protegidos e protetores. O patronato hierárquico social era remetido para o campo político, o governante tornava-se o patrão, o protetor, o pai. Como pudemos perceber em toda a correspondência analisada a sociedade recorria a este protetor com a segurança de que suas pretensões seriam alcançadas. O protegido tinha consciência da sua importância para o sucesso eleitoral do protetor, podendo-se neste ponto justificar tal segurança e em muitas vezes a petulância em alguns pedidos.

Cada qual, à sua forma, recorria ao Barão. Alguns usando artifícios retóricos e outros sendo mais objetivos. Mas sempre usando sua justificativa cheia de significados para conseguir o empenho. Neste momento cabia apenas ao Barão de Camargos, não mais aos seus clientes, decidir sobre o peso de cada pedido e a importância social de cada missivista.

É interessante ressaltar a participação da mulher dentro do mecanismo do clientelismo. Ela freqüentava os bastidores do cenário político e embora muitas vezes fossem submergidas suas informações, a mulher representava uma decisiva intervenção na estrutura política Imperial. Nas das correspondências do Barão enviadas por suas filhas e sua esposa notamos que havia troca de informações entre eles, seja de natureza econômica, política e até mesmo social.

Em quase toda documentação percebemos que os clientes definiam-se como inferiores criados, servos, súditos, veneradores, respeitadores e como leais, dedicados, fiéis, obrigados. Mesmo quando se diziam amigos e colegas, a qualificação quase invariavelmente vinha acompanhada de um complemento

hierárquico e da promessa de lealdade. A inferioridade justificava o direito à proteção, a lealdade era a promessa de retribuição da proteção esperada.

Referimo-nos a um traço da cultura política que tem a ver com a visão do papel do Estado como incorporador e protetor. O controle dos cargos públicos era instituído a partir do Estado. Como intermediário de todo esse processo clientelar deparamo-nos com o “funcionalismo” do Barão de Camargos para com a sociedade mineira oitocentista na década de 1840 até a conciliação. Através desse personagem, chefe do partido conservador, que grande parte da população mineira recorreu em busca dos meios para a ascensão social, enfim, em busca da proteção e do emprego público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

Fontes

Fontes Manuscritas

Correspondências particulares de Manoel Teixeira de Souza, o Barão de Camargos - ARQUIVO Museu da Inconfidência. Fundo Barão de Camargos, Setor de Arquivo Histórico da “Casa do Pilar”, Fundação pró-memória, Ouro Preto.

Bibliografia

Livros e Artigos

ABREU, J. Capistrano de. *Fases do segundo Império*, In: Ensaaios e Estudos, 3 série, Rio de Janeiro: 1969.

ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.). *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. Rio de Janeiro, 1870.

ALVARADO, Javier. *Poder, Economia, Clientelismo*. Madrid: Marcial Pons, 1997.

AVELINO FILHO, George. *Clientelismo e política no Brasil: revisando velhos problemas*. Novos estudos CEBRAP. São Paulo, n.38, p.225-240, 1994.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UNB, 1986.

BUITRAGO, Francisco Leal. *El sistema político Del clientelismo*. Bogotá: Anales políticos, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a razão clientelista*. Dados: revista de ciências sociais, 2000.

_____. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados, vol. 40, nº 2, 1997, p. 229-250.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. *A Construção da Ordem: a elite política Imperial*. Ed. Universidade de Brasília, 1980.

_____. *Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, Marcio E. R. de. *O significado da instrução pública na administração da Província de Minas Gerais no século XIX*. Ouro Preto: Oficina do Inconfidência, Revista do Museu da Inconfidência, 2003.

CARZOLA, Jose. *Del clientelismo tradicional al clientelismo de partido: evolución y características*. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, 1992.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, 1959.

FLORY, Thomas. *El Juez de paz y el jurado em el Brasil imperial, 1808-1871: controle social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México, D.F., 1986

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1984

_____. (org) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972, Tomo II, Vols 2, 3, 4, e 5.

HORTA, Cid Rebello. *Famílias governamentais de Minas Gerais in: Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte: UFMG, 1956.

IGLESIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura: Instituto Nacional do livro, 1958.

KUZNESOF, Elisabeth Anne. *A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social, São Paulo, 1700-1980*. Revista brasileira de historia, 1989.

LEAL, Victor Nunes. *O coronelismo e o coronelismo de cada um*. Dados, v.23, n. 1, p. 11-14, 1980.

_____. *Coronelismo Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

LIMA JUNIOR, Augusto de. *“Vila Rica do Ouro Preto: síntese histórica e descritiva”*. Belo Horizonte: Augusto de Lima Jr., 1957.

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Ed. UEM, 1999.

MARTINS FILHO, Amílcar. *Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a primeira república: uma crítica a Paul Cammack / Amílcar Martins Filho*. Dados: revista de ciências sociais, v.27.1984.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MAXWELL, Keneth. *A Devassa da Devassa: A inconfidência mineira Brasil- Portugal 1750-1808*. Estudos Brasileiros: v.22, 1 edição, 1977.

MIRANDA ONTANEDA, Néstor and GONZÁLEZ ,Fernán E. *Clientelismo, "democracia" o poder popular*. Bogotá, Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP), 1976. 243 p., (Controvérsia, 41/42).

MARTINS, Antonio Marco Ventura. *Um império a constituir, uma ordem a se consolidar: elites políticas e Estado no sertão, Franca-SP, 1824-1852*. Franca: Ribeirão gráfica e editora, 2004.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes/INL, 1977.

_____. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1975.

NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *O Império do Brasil*. Rio de janeiro: Nova fronteira, 1999

NUNES, Edson de Oliveira. *A Gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de janeiro: Zahar, 1997.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1943: A Bahia na Primeira República*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PRADO, Maria Emília. Ordem liberal, escravidão e Patriarcalismo: ambigüidades do Império do Brasil. In: *O liberalismo no Brasil Imperial: origens conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

REIS, Nestor Goular. *Imagens de Vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo, Edusp: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RUAS, Eponina. *Ouro Preto: sua História, seus templos e monumentos*. Ouro Preto: Ed. FFF, 1950.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Fabiano Guilherme M. *Microfundamentos do clientelismo político no Brasil*. Dados: Revista de ciências sociais, v.38, n.3, p. 459-496, 1995.

TRINDADE, Raimundo. “*Velhos Troncos Ouropretanos*”. São Paulo: Revista dos tribunais, 1951.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan- Americana do livro, 1962.

_____. *A democracia Coroada. Teoria política do Império do Brasil*. Petrópolis: 1964.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo, 1977.

VASCONCELLOS, Diogo de. “*História média de Minas Gerais*”. Rio de Janeiro: INL, 1948.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimentos – Residências*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1832)*. São Paulo: Cultrix, Brasília: INL, 1978.

ZALUAR, Alba. *Carnaval e clientelismo político*. Cadernos CERU. São Paulo, 1: p. 36-64, 1985.

Dissertações e Teses

HEYMANN, Luciana Quillet. *As Obrigações do Poder: Relações Pessoais e Vida Pública na Correspondência de Filinto Müller*. Rio de Janeiro, 1997. (Dissertação de Mestrado em Historia), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em Historia), Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Maria das Graças Correa de. *A pratica do planejamento ou o planejamento na pratica : um estudo sobre educação e clientelismo político*. Recife, 1986 Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco.

RODARTE, Mario Marco Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: A pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana das Minas Gerais oitocentista*. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1999 (Dissertação de Mestrado em economia), Universidade Federal de Minas Gerais.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os Oficiais do Povo: A Guarda Nacional em Minas Gerais Oitocentista, 1831-1850*. Franca, 2004. (Dissertação de mestrado em História), Universidade Estadual Paulista.

VENANCIO, Anderson Luis. *A força do centro: a influência conservadora na província de Minas Gerais (1844-1853)*. Dissertação (Mestrado em História) Franca, 2004. Universidade Estadual Paulista. p. 59.